



UNIVERSIDADE
E D U A R D O
MONDLANE

FACULDADE DE LETRAS E CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA
MESTRADO EM SOCIOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO

**Descentralização e Participação Política das Mulheres no Processo de
Desenvolvimento Comunitário nas autarquias de Xai-Xai e Manjacaze**

Mestrando: Bernardo Ananias Manhique

Supervisor: Prof. Doutor Orlando Nipassa

Maputo, Agosto de 2023

**Descentralização e Participação Política das Mulheres no processo de Desenvolvimento
Comunitário nas autarquias de Xai-Xai e Manjacaze**

Dissertação apresentada em cumprimento parcial dos requisitos exigidos para obtenção do grau de Mestre em Sociologia do Desenvolvimento na Faculdade de Letras e Ciências Sociais, Universidade Eduardo Mondlane.

Mestrando:

Bernardo Ananias Manhique

Supervisor:

Prof. Doutor Orlando Nipassa

Maputo, Agosto de 2023

FOLHA DE APROVAÇÃO

Descentralização e Participação Política das Mulheres no processo de Desenvolvimento Comunitário
nas autarquias de Xai-Xai e Manjacaze

Dissertação apresentada em cumprimento parcial dos requisitos exigidos para obtenção do grau de
Mestre em Sociologia do Desenvolvimento na Faculdade de Letras e Ciências Sociais, Universidade
Eduardo Mondlane.

Mestrando:

Bernardo Ananias Manhique

Supervisor:

Prof. Doutor Orlando Nipassa

O JÚRI			DATA
Presidente	Supervisor	Arguente/...../.....
_____	_____	_____	

Maputo, Agosto de 2023

ÍNDICE

DECLARAÇÃO DE HONRA.....	i
DEDICATÓRIA.....	ii
AGRADECIMENTOS.....	iii
ABREVIATURAS E ACRÓNIMOS.....	iv
ÍNDICE DE TABELAS, FIGURAS E IMAGENS.....	v
RESUMO.....	vi
ABSTRACT.....	vii
CAPÍTULO I: INTRODUÇÃO.....	1
CAPÍTULO II: ESTADO DE ARTE SOBRE DESCENTRALIZAÇÃO E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DAS MULHERES.....	4
2.1 Alcance histórico e analítico do conceito de Descentralização.....	4
2.1.1. Tipologias da descentralização.....	6
2.1.2. Descentralização política (devolução)	7
2.1.3. Descentralização administrativa (desconcentração).....	7
2.1.4. Descentralização fiscal (federalismo fiscal).....	8
2.1.5. Descentralização económica (mercado – no sentido neoliberal lato)	8
2.1.6. Democracia, descentralização e participação política das mulheres	9
2.1.7. Descentralização e desenvolvimento.....	12
2.2. Problema de pesquisa.....	14
2.2.1. Objectivos do estudo:	16
2.2.2. Geral:	16
2.2.3. Específicos:	16
2.3. Hipótese.....	17
CAPÍTULO III: ENQUADRAMENTO TEÓRICO E CONCEPTUAL.....	0

3.1. Teoria de campo político.....	0
3.1.1. Teoria de sujeito.....	1
3.1.2. Enquadramento conceptual.....	2
3.1.3. Participação política.....	2
3.1.4. Campo político.....	4
3.1.5. Sujeito.....	5
3.1.6. Desenvolvimento comunitário.....	7
CAPÍTULO IV. METODOLOGIA.....	10
4.1. Tipo de pesquisa.....	10
4.2. Técnicas e instrumentos de recolha de dados.....	11
4.3. População e amostra.....	12
4.4. Trabalho de campo.....	12
4.5. Técnica de análise de dados.....	13
4.6. Princípios éticos.....	13
CAPÍTULO V: ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	14
5.1. Perfil dos Distritos de Xai-Xai e Manjacaze.....	14
5.1.1. Estrutura orgânica.....	17
5.1.2. Estrutura orgânica.....	21
5.2. Perfil socioeconómico das edis dos Municípios de Xai-Xai e Manjacaze.....	22
5.3. Participação política das mulheres nas autarquias de Xai-Xai e Manjacaze.....	24
5.4. O lugar dos factores socioculturais na participação política das mulheres.....	28
5.5. Das alianças políticas às disputas, negociações e afirmação de si como factores de ascensão às Presidências Municipais.....	31
5.6. Contribuição das edis de Xai-Xai e Manjacaze no processo de desenvolvimento comunitário...36	
5.6.1. Desafios geográficos.....	37

5.6.2. Desafios sociais	39
5.6.3. Desafios económicos	39
Considerações finais.....	45
Referências bibliográficas.....	47
Apêndices.....	53
Anexos.....	61

DECLARAÇÃO DE HONRA

Eu, Bernardo Ananias Manhique, declaro por minha honra que esta dissertação que submeto à Universidade Eduardo Mondlane, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Sociologia do Desenvolvimento, nunca foi apresentada para a obtenção de qualquer outro grau académico. O trabalho resulta da minha investigação pessoal sob orientação do meu supervisor, estando as citações utilizadas indicadas no texto e nas referências bibliográficas.

Maputo, Agosto de 2023

(Bernardo Ananias Manhique)

DEDICATÓRIA

Ao meu pai Ananias Lourenço Manhique e meu irmão Eduardo Lourenço Manhique por tudo que fizeram por mim ao longo dessa vida.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer profundamente ao meu orientador Prof. Doutor Orlando Nipassa, pelo seu apoio incondicional desde a concepção inicial desse trabalho. Pois, com o seu espírito crítico, sempre se mostrou interessado pelo tema e aberto para sugerir, corrigir, opinar e acompanhar o meu raciocínio até a fase final da pesquisa. Ademais, a amizade que desenvolvemos ao longo desses anos foi fundamental para a materialização deste trabalho.

Em segundo lugar, agradeço aos financiadores e coordenadores do programa 1.5.1 UEM/SUÉCIA (ASDI) pela atribuição da inestimável bolsa completa de estudos, sem a qual teria sido difícil fazer este grau académico. Agradeço igualmente o trabalho realizado pela Sra. Anatórcia no acompanhamento e atenção dispensada na gestão da bolsa de estudos.

Agradeço imenso a Doutora Margarida Paulo que com a sua excelente arguência fez observações e comentários valiosos para o apetrechamento desta dissertação.

Na sequência, endereço o meu agradecimento aos munícipes de Xai-Xai e Manjacaze, particularmente a todos os que participaram na presente pesquisa através dos seus depoimentos. De forma mui especial o meu muito obrigado a Rita Muianga antiga Presidente do Município de Xai-Xai e a Maria Helena Langa, actual Presidente do Município de Manjacaze, pelos seus valiosos contributos sem os quais a presente pesquisa não teria sido possível.

Duma maneira geral, agradeço a todos os professores e colegas da edição MSD-2021 que com os seus conhecimentos contribuíram para a minha formação académica.

À minha família, especialmente a Litília Diana e Kiwan Manhique, pela força e compreensão, o meu muito obrigado! Por fim, com receio de não ter mencionado alguém que merecesse o devido reconhecimento, endereço desde já, o meu muito obrigado a todos que directa ou indirectamente contribuíram para o sucesso de minha formação.

ABREVIATURAS E ACRÓNIMOS

CM	Conselho Municipal
DC	Desenvolvimento Comunitário
DID	Discurso Interpretativo Dominante
DS	Departamento de Sociologia
EP1	Ensino Primário do 1º grau
EP2	Ensino Primário do 2º grau
FLCS	Faculdade de Letras e Ciências Sociais
FRELIMO	Frente de Libertação de Moçambique
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
INE	Instituto Nacional de Estatística
MAE	Ministério da Administração Estatal
MAEFP	Ministério da Administração Estatal e Função Pública
MDM	Movimento Democrático de Moçambique
MSD	Mestrado em Sociologia do Desenvolvimento
NATURMA	Associação dos Naturais e Resistentes de Manhiça
ODS	Objectivos de Desenvolvimento Sustentável
OMM	Organização da Mulher Moçambicana
PAM	Presidente da Assembleia Municipal
PARPA	Plano de Acção para Redução da Pobreza Absoluta
PARENA	Partido de Reconciliação Nacional
PERPU	Plano Estratégico para a Redução de Pobreza Urbana
PIB	Produto Interno Bruto
RENAMO	Resistência Nacional de Moçambique
UEM	Universidade Eduardo Mondlane

ÍNDICE DE TABELAS, FIGURAS E IMAGENS

TABELAS

Tabela 1: Limites Geográficos do Distrito de Xai-Xai.....	33
Tabela 2: Divisão administrativa do Distrito de Xai-Xai.....	34
Tabela 3: Limites Geográficos do Distrito de Manjacaze.	38
Tabela 4: Divisão Administrativa do Distrito de Mandlakazi.....	38

FIGURAS

Figura 1: Mapa ilustrando a Localização do distrito de Xai-Xai.....	36
Figura 2: Mapa, ilustrando a Localização do distrito de Manjacaze.....	40

IMAGENS

Imagem 1: Edifício do Conselho Municipal de Xai-Xai e Assembleia Municipal de Xai-Xai.....	33
Imagem 2: Edifício do Conselho Municipal de Manjacaze e a Praça Municipal.....	37
Imagem 3: Prémios conquistados por Rita Muianga, no âmbito do seu engajamento em prol do género.....	53
Imagem 4: Rua 2000 ilustrando Erosão no Município de Xai-Xai.....	57
Imagem 5: Exemplo de Venda Informal no Município de Xai-Xai.....	59
Imagem 6: Ilustração de onde opera a associação Muchefa, e algumas mulheres pertencentes a essa organização.....	61

RESUMO

A presente dissertação analisa os processos de descentralização e participação política das mulheres no desenvolvimento comunitário ao nível das autarquias de Xai-Xai e Manjacaze. Concretamente busca-se compreender as condições que terão contribuído para que as edis das autarquias de Xai-Xai e Manjacaze, nomeadamente Rita Bento Muianga e Maria Helena Langa conseguissem ascender as presidências municipais e participar nos processos de desenvolvimento comunitário. Problematizando o argumento segundo o qual as mulheres não têm conseguido participar de forma efectiva na política devido a prevalência do sistema patriarcal e outras práticas culturais, demonstramos neste trabalho que, as edis das autarquias de Xai-Xai e Manjacaze conseguiram ascender às presidências municipais e participaram nos processos de desenvolvimento comunitário com recurso a sua capacidade de sujeito e de formar alianças políticas na base de Homologia de posições. Para a realização deste estudo foi usada uma metodologia qualitativa, que nos permitiu a realização de entrevistas semiestruturadas, nas quais, procuramos compreender de forma detalhada os contornos da participação política das mulheres nos distritos de Xai-Xai e Manjacaze e o seu envolvimento no desenvolvimento comunitário. Com recurso às perspectivas teóricas de Pierre Bourdieu sobre o Campo Político e Alain Touraine, com a noção de Sujeito, a análise efectuada dos dados nos trouxe os seguintes resultados: (i) que os exemplos da Rita Muianga e Maria Helena Langa revelam uma consciência de que o campo político não é exclusivo para os homens; (ii) a necessidade de observar a disciplina partidária para obter confiança dos seus correligionários; (iii) a busca pelo apoio popular de modo a adquirir suporte suficiente para a eleição; (iv) a importância de levar a cabo acções específicas que contribuam para o processo de desenvolvimento comunitário. As conclusões desta dissertação sugerem a validação da hipótese que considera que a afirmação de si enquanto mulheres e a capacidade de fazer negociações e alianças políticas na base de homologia de posições, as edis das autarquias de Xai-Xai e Manjacaze foram capazes de ascender às presidências municipais e de contribuir nos processos de desenvolvimento comunitário.

Palavras-Chave: Descentralização; Participação Política da Mulher; Campo político; Homologia de posições; Sujeito; Desenvolvimento Comunitário.

ABSTRACT

This dissertation analyzes the processes of decentralization and political participation of women in community development, at the level of the municipalities of Xai-Xai and Manjacaze. Specifically, we seek to understand the conditions that have contributed to the mayoralties of the municipalities of Xai-Xai and Manjacaze, namely Rita Bento Muianga and Maria Helena Langa, to be able to ascend to municipal presidencies and to participate in the community development processes. Questioning the argument according to which women have not been able to participate effectively in politics due to the prevalence of the patriarchal system and other cultural practices, we demonstrate in this research that the mayors of the municipalities of Xai-Xai and Manjacaze managed to ascend to the municipal presidencies and to participate in community development processes using their ability to act as subjects and to form political alliances based on the homology of positions. To carry out this study, a qualitative methodology was used, which allowed us to conduct semi-structured interviews, in which we sought to understand in detail the condition of women's political participation in the districts of Xai-Xai and Manjacaze and their involvement in community development. Using the theoretical perspectives of Pierre Bourdieu, on the political field and Alain Touraine, with the notion of subject, the analysis carried out on the data showed us these results: (i) the examples of Rita Muianga and Maria Helena Langa reveal an awareness that the political field is not exclusive to men; (ii) the need to observe party discipline in order to obtain trust from their supporters; (iii) the search for popular support in order to acquire needed support for the election; (iv) the importance of carrying out specific actions that contribute to the community development process. The conclusions of this dissertation suggest the validation of the hypothesis that considers that the affirmation of themselves as women and the capacity to make negotiations and political alliances based on the homology of positions, the mayors of the municipalities of Xai-Xai and Manjacaze were able to ascend to the presidencies municipalities and to contribute to community development processes.

Keywords: Decentralization; Women's political Participation; Political field; Homology of positions; Subject; Community Development.

CAPÍTULO I: INTRODUÇÃO

A presente dissertação analisa o processo de descentralização e a participação política das mulheres na busca pelo desenvolvimento comunitário ao nível das autarquias de Xai-Xai e Manjacaze. Para o efeito, exploram-se duas vertentes principais. A primeira, foca nas condições que contribuíram para a ascensão da Rita Bento Muianga e Maria Helana Langa às presidências municipais de Xai-Xai e Manjacaze. A segunda vertente, debruça-se sobre a contribuição dada pelas duas edis no processo do desenvolvimento comunitário.

A descentralização, enquanto um estado de consolidação democrática tem sido vista como um processo capaz de garantir a inclusão de vários actores sociais, com destaque para as mulheres que geralmente são encaradas como um grupo socialmente excluído (Vidal, 2017; Wilma, 2014). Neste prisma, a participação política das mulheres enquanto resultado da descentralização tem vindo a ser considerada fundamental por constituir um elemento de justiça social e das práticas democráticas, assim como, por permitir a inclusão das perspectivas das mulheres no processo de tomada de decisão e na busca pelo desenvolvimento comunitário (Furquim e Jácome, 2019).

Ademais, a participação política das mulheres através do processo de descentralização é relevante tanto para a edificação duma sociedade democrática, justa e transparente, assim como, para a reafirmação das mulheres enquanto sujeitos de direitos com capacidade de exercer a sua plena cidadania (Vidal, 2017; Wilma, 2014; Butler, 2009).

Entretanto, alguns autores como (Wilma 2014; Inglehart e Norris 2003), bem como algumas organizações da sociedade civil e vozes da opinião pública, afirmam que as mulheres ainda enfrentam uma série de barreiras a nível familiar, comunitário e institucional para aceder ao espaço político e de tomada de decisão.

Por exemplo, Inglehart e Norris (2003) defendem que as referências culturais e o modelo patriarcal continuam a constituir o principal obstáculo para a igualdade de género e participação efectiva da mulher na política e no desenvolvimento comunitário. Neste diapasão, Karberg (2015) acrescenta afirmando que a desigualdade de género continua a se registar em Moçambique devido a prevalência do sistema patriarcal que se manifesta tanto na esfera privada, assim como na esfera pública.

Não obstante a existência de alguns constrangimentos que criam obstáculos a participação política das mulheres na esfera pública, no contexto moçambicano verificámos exemplos de mulheres como os da Rita Muianga e Maria Helena Langa, ambas pertencentes aos municípios de Xai-Xai e Manjacaze que mesmo estando num contexto considerado patriarcal e, por conseguinte, tido como adverso para a sua participação política, conseguiram ascender às presidências municipais e contribuíram nos processos de tomada de decisão rumo ao desenvolvimento comunitário.

Neste prisma, o presente trabalho tem como objectivo geral, compreender a forma pela qual as edis de Xai-Xai e Manjacaze ascenderam às presidências municipais, e a contribuição que deram nos processos de desenvolvimento comunitário.

Dentro das preocupações inerentes ao campo político na perspectiva de Pierre Bourdieu e a noção de sujeito na perspectiva de Alain Touraine, este trabalho procurou demonstrar, por um lado, as transformações que ocorrem no campo político, concebido como espaço de lutas e confrontos entre agentes na busca pelo melhor capital político. Por outro lado, resgata a necessidade de tomar os agentes envolvidos no campo político como sujeitos de direitos com capacidade reflexiva que lhes permite fazer suas próprias escolhas dentro desse campo.

Sob ponto de vista científico, esta pesquisa afigura-se relevante pela desconstrução que faz aos vários discursos interpretativos dominantes (DID) no debate sobre género e participação política das mulheres, que frequentemente tendem a ver as mulheres como seres subjugadas e reféns dos valores socioculturais. Ao contrário dessa visão, nesta pesquisa, demonstramos que as mulheres têm capacidade de se afirmar como sujeitos e actores sociais plenos, estando em condições de lutar, e de impor-se no espaço público.

Sob o ponto de vista social, esta pesquisa é relevante pela capacidade que tem em oferecer às organizações da sociedade civil e demais actores sociais uma abordagem analítica de como as mulheres podem ascender à posições de tomada de decisão e, por conseguinte, influenciar os processos de desenvolvimento comunitário. Na vertente pessoal, a relevância desta pesquisa justifica-se pela minha integração no projecto sobre Governança, descentralização municipal e desenvolvimento local organizado pela Faculdade de Letras e Ciências Sociais da UEM e a Universidade de Uppsala na Suécia.

Para a concretização desta pesquisa foi usada uma metodologia qualitativa, que permitiu a realização da revisão bibliográfica e possibilitou, também, a condução das entrevistas semiestruturadas, com as edis de Xai-Xai e Manjacaze, bem como com agentes políticos e organizações da sociedade civil que estão envolvidos na análise das dinâmicas de género nos processos de tomada de decisão e de desenvolvimento comunitário.

Estrutura da dissertação

A presente dissertação contempla quatro capítulos divididos em secções e subsecções. O primeiro capítulo apresenta o estado de arte que discute essencialmente as noções da descentralização e participação política das mulheres. Sublinha-se nesse capítulo, o alcance histórico e analítico da descentralização, suas tipologias e a necessidade duma articulação entre descentralização, democracia, participação política das mulheres e desenvolvimento.

No segundo capítulo, apresenta-se o quadro teórico e conceptual assente nas perspectivas de Pierre Bourdieu, com a noção de campo político, e Alain Touraine com a noção de sujeito. Estas perspectivas foram essenciais para analisar as condições que permitiram a ascensão das edis de Xai-Xai e Manjacaze às presidências municipais e o seu envolvimento nos processos de desenvolvimento comunitário.

No terceiro capítulo, abordam-se os procedimentos metodológicos adoptados na pesquisa, onde fundamentalmente descrevem-se os métodos e as técnicas de recolha de dados usados no trabalho, clarifica-se igualmente o método de abordagem, métodos de procedimentos, técnica de análise de conteúdo, população, amostra da pesquisa e os aspectos éticos.

No quarto e último capítulo, faz-se a análise e interpretação dos resultados, onde demonstra-se que a ascensão política das edis de Xai-Xai e Manjacaze para cargos de presidência municipal deveu-se fundamentalmente, à sua capacidade de negociação e de fazer alianças com grupos sociais estratégicos na base de homologia de posições. Esta postura contribuiu para que elas se afirmassem como sujeitos dentro do campo político, e buscassem condições para contribuir nos processos de desenvolvimento comunitário.

CAPÍTULO II: ESTADO DE ARTE SOBRE DESCENTRALIZAÇÃO E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DAS MULHERES

Nesta secção, apresentamos sumariamente o estado de arte sobre as reformas de descentralização e participação política das mulheres. Para o efeito, exploramos os seguintes tópicos: alcance histórico e analítico do conceito da descentralização; tipologias da descentralização; ligação entre democracia, descentralização e participação política das mulheres; e por fim, analisamos a relação entre descentralização e desenvolvimento.

2.1. Alcance histórico e analítico do conceito de Descentralização

A descentralização é um modelo de governação que vem sendo adoptado ao nível mundial desde o século XX, com o objectivo de reduzir a forte influência dos estados centralizadores (Zaqueu, 2015). De acordo com Forquilha (2007) e Rocha (2015) as políticas de descentralização em muitos países africanos foram associados aos regimes coloniais através do processo de municipalização. Ademais, os mesmos autores sublinham que este processo foi decisivamente estabelecido na África subsariana a partir dos anos 80 e 90 com as alterações verificadas no sistema político.

Vários autores como (Cistac, 2012; Forquilha, 2007; Weimer, 2012; Bilério, 2007; Ngoenha, 2015; Nipassa, 2016), sublinham que em Moçambique, a transição política da primeira república baseada no centralismo e no monopartidarismo deu-se, através da introdução nos anos 90 da nova constituição assente na democracia multipartidária. Por conseguinte, este novo figurino político desencadeou profundas reformas no domínio político, económico, cultural e social, que foi igualmente extensivo à administração pública, sendo a descentralização parte integrante desse processo.

Outrossim, a operacionalização do processo de descentralização democrática em Moçambique ocorreu com base na aprovação da Lei n.º 2/1997 das Autarquias locais, que marcou o início efectivo do processo de municipalização. Assim, em 1997 através de um processo eleitoral local foram criados os primeiros trinta e três municípios e em 2008 criados mais dez, totalizando quarenta e três municípios, em 2013 foram adicionados mais dez, perfazendo um total de 53 municípios e, seguindo a mesma lógica do gradualismo na autarquização, no presente ano foram adicionados mais doze autarquias, totalizando actualmente 65 municípios (OAM, 2018; Weimer, 2012; Forquilha, 2009, Osório e Macuácuca, 2019).

A lógica de gradualismo que vem sendo adoptada desde o início do processo de descentralização em Moçambique, traduz uma tímida transferência de autonomia para os vários níveis de poder local, limitando claramente as áreas de intervenção e abrindo sempre a possibilidade de controlo pelo poder central (Serra, 1997; Osório e Macuácuca 2019). De acordo com os autores, a centralidade do poder foi uma das características marcantes do socialismo democrático instituído após a independência nacional, e que continua a ter um peso muito forte na governação democrática actual.

A esse respeito, Mazula et al., (1998), sublinham que o princípio da centralização administrativa foi herdado do passado colonial e, após a independência com a propalada necessidade de reforçar a unidade nacional e a liderança do partido Frelimo, manteve-se o centralismo nas várias decisões tomadas ao nível local.

Contudo, o tipo ideal de descentralização consiste numa clara divisão de poderes e de actividade decisória, por delegação ou por transferência. Sendo que, a efectividade deste processo implica, por necessidade, uma lógica democrática e de novos actores, que comecem por novos pólos de poder localizados e cidadãos livres tratados como sujeitos nos processos do jogo do poder político (Mazula et al., 1998; Osório e Macuácuca, 2019).

Para teóricos Liberais como (Tocqueville, 2007; Mill, 1981) a descentralização seria um modo de distribuição do poder político, voltado para a finalidade de que em uma escala limitada este poder pudesse ser exercido por um grupo maior de cidadãos, ressaltando a importância do local. Mazula et al., (1998) nos apresentam alguns princípios que nos permitem ter um alcance mais ideal do processo da descentralização, dentre eles destacamos os seguintes:

- A descentralização deve possibilitar a participação directa do cidadão na tomada de decisão político-administrativo reforçando a democracia participativa;
- As decisões devem deixar de ser algo de imposições longínquas e obscuras, para se tornarem um fruto da actividade pública de órgãos perfeitamente identificados e reconhecidos pelo cidadão;
- A descentralização força os quadros políticos locais a comunicar com a população, potenciando laços de solidariedade e confiança mútua que beneficiará as próprias estruturas do estado e os partidos nelas representados;
- Os agentes administrativos terão a oportunidade de colher os problemas directamente e por essa via, a decisão será mais fundada e eficaz e, a população passará a rever-se nas decisões tomadas.

Portanto, esses princípios constituem o tipo ideal daquilo que uma descentralização, efectivamente, devia cumprir. Como se pode ver a partir desses princípios, se a descentralização fosse melhor operacionalizada poderia trazer eficiência na administração e na satisfação das necessidades básicas das populações (PUC, s/d).

Apesar de não haver consensos em relação ao conceito e o ideal da descentralização, a principal expectativa é de que a actuação do governo central tenha que diminuir através do processo de descentralização. Sendo que, o expectável em razão da proximidade com o cidadão, os governos descentralizados deviam permitir uma melhor resposta em relação as demandas locais (Romeo, 2011; PUC, s/d).

Esse ideal de descentralização, em Moçambique ainda está muito distante devido a maneira paliativa com que esse processo vem sendo adoptado. Dentre as várias dificuldades na implementação desse processo, podem ser sublinhados problemas relacionados com a falta de qualificação técnica dos oficiais do governo local, problemas relacionados com a captura de poder pelas elites locais, corrupção, neopatrimonialismo, entre outros (Forquilha, 2007; Cistac, 2012).

2.1.1. Tipologias da descentralização

Geralmente o processo de descentralização tem sido operacionalizado com base na transferência de autoridade central para o poder local através dos tipos de autoridade transferida localmente. Basicamente, o Estado, para realizar a sua função administrativa, que consiste em responder os interesses da colectividade, pode organizar-se administrativamente, da forma que lhe parecer mais exequível, desde que obedeça os limites e princípios impostos pela constituição. Sendo assim, na organização da sua administração, o Estado pode adoptar basicamente as seguintes formas de realização da função administrativa: “centralização”, “descentralização”, “concentração” e “desconcentração”. O Estado moçambicano pouco depois da aprovação da nova Constituição da República, em 1990, adoptou a descentralização para exercer a sua função administrativa.

Neste sentido, de acordo com Osório e Macuácu (2019) a descentralização tem pelo menos quatro dimensões, nomeadamente, a dimensão política (devolução), a administrativa (delegação), a fiscal (federalismo fiscal) e a económica (mercado – no sentido neoliberal).

2.1.2. Descentralização política (devolução)

A descentralização política também chamada de devolução consiste em dar aos cidadãos ou aos seus representantes eleitos mais poder na tomada de decisões públicas. É frequentemente associado a política pluralista e Estados representativos, mas também pode apoiar a democratização, dando aos cidadãos ou os seus representantes mais influência na formulação e implementação de políticas públicas (Forquilha, 2007; Filipe, 2019). Assim, os defensores da descentralização política assumem que as decisões tomadas com maior participação serão melhor informadas e mais relevantes para interesses diversos da sociedade do que aquelas feitas pelas autoridades políticas nacionais.

Filipe (2019) afirma que a descentralização política pressupõe que a selecção de representantes das jurisdições eleitorais locais, permita que os cidadãos os conheçam melhor e que as autoridades eleitas compreendam as necessidades e desejos dos seus eleitores. Nesses termos, a descentralização política exige, muitas vezes, reformas constitucionais ou estatutárias, o desenvolvimento de múltiplos partidos políticos, o fortalecimento de legislaturas, a criação de unidades políticas locais e o incentivo de grupos de interesse público eficazes.

Para Weimer e Carilho (2017) apesar de existirem diversas tipologias de descentralização, o processo de devolução é o sentido mais óptimo da descentralização que se deve implementar nos processos políticos e por conseguinte, de tomada de decisão.

2.1.3. Descentralização administrativa (desconcentração)

A descentralização administrativa ou desconcentração ocorre por meio da transferência da autoridade sobre a gestão e prestação de serviços públicos como educação e saúde para governos locais. O serviço delegado pode ser financiado directamente pelo próprio poder local, ou receber fundos do governo central.

Isso está relacionado com a transferência de responsabilidades gerenciais para órgãos que estão fora da estrutura central. Por essa razão, espera-se que as prestações públicas delegadas sejam implementadas de modo mais eficiente.

Ademais, de acordo com Zaquieu (2015) a descentralização administrativa procura redistribuir autoridade, responsabilidade e financiamento de serviços públicos entre diferentes níveis de Estados.

Zaqueu (2015) caracteriza a descentralização administrativa como sendo “aquela que visa eliminar o ritual da burocracia”. Nessa ordem de ideia, Filipe (2019), entende que a descentralização administrativa refere-se a transferência de responsabilidades pelo planeamento, financiamento e administração de certas funções públicas do governo central e suas exigências para unidades de campo, níveis subordinados, autoridades públicas semiautónomas ou empresas, autoridades regionais e funcionais.

Portanto, a descentralização administrativa ou desconcentração é feita sem implicar uma transferência definitiva de autoridade, poder de decisão e implementação, da administração central para outros agentes fora dos órgãos centrais. Ela consiste apenas em “dispersão de agentes/funcionários, funções e responsabilidades dos escalões superiores para os níveis inferiores do governo” (Faria e Chichava, 1999).

2.1.4. Descentralização fiscal (federalismo fiscal)

A descentralização fiscal também designada por federalismo fiscal pode ocorrer segundo diferentes arranjos institucionais como transferência de recursos do governo central, criação de novos impostos no plano local ou delegação da autoridade sobre um imposto anteriormente da competência do governo central. Contudo, no que diz respeito a transferência de recursos para governos locais, Chirtspher e Garmam (S/d) apontam para a presença de interesses conflitantes entre os diferentes níveis de governo. Por um lado, notam que o presidente pode possuir interesses em controlar os recursos, ou por assumir classicamente uma função redistributiva, mas também por razões políticas como vencer eleições e controlar a coligação. Consequentemente observa-se que o presidente teria mais incentivos para transferir responsabilidade do que os recursos para realizá-los.

Resumidamente, a Descentralização Fiscal ou federalismo fiscal remete às transferências fiscais para baixo através das quais níveis mais altos do sistema cedem influência a escalões inferiores em termos de decisões financeiras, isto é, aquelas decisões que dizem respeito a modalidade de aquisição de receitas e despesas a realizar (Parker, 1999).

2.1.5. Descentralização económica (mercado – no sentido neoliberal lato)

De acordo com Filipe *apud* Castro (2022) a descentralização económica ou de mercado é aquela cuja base consiste na transferência de responsabilidades por funções do sector público para o sector privado

a partir da privatização de serviços e da desregulamentação. A privatização visa limitar a intervenção do governo, deixando as principais áreas de actuação ao cargo do sector privado. Enquanto, por sua vez, a desregulamentação consistiria na redução dos encargos normativos ou regulamentares do governo, abrindo espaço para a participação do sector privado. Assim, a privatização e a desregulamentação são acompanhadas por políticas de liberalização económica, e de desenvolvimento de mercado, e permitem que funções que eram primordiais ou exclusivamente do governo sejam desempenhadas por empresas, cooperativas, associações voluntárias privadas e outras ONG's.

Contudo, independentemente da classificação que se faz sobre os diferentes tipos de descentralização, os autores que versam sobre a matéria ligada a descentralização são unânimes em referir que, a forma mais acabada de descentralização é aquela da devolução, na qual a autonomia se efectiva nas escolhas políticas locais, no poder decisório fiscal e financeiro, ou seja, onde o figurino político vai para além duma mera delegação de poderes (Weimer, 2017; Forquilha, 2007; Osório e Macuácuca, 2019; Romeo, 2011).

2.1.6. Democracia, descentralização e participação política das mulheres

A descentralização surge vinculada a ideia de democracia. As democracias mais efectivas necessitam duma forte participação da população local. Autores como (Forquilha, 2009; Passos 2005; Faria e Chichava, 1999; Weimer, 2017) sublinham que as reformas de descentralização foram desde sempre associadas a ideia do reforço ao processo de democratização e de uma governação participativa, transparente, capaz de incluir a participação e envolvimento activo de todos os cidadãos na formulação de políticas públicas e nos processos de tomada de decisão.

Ademais, numa abordagem participativa da população (Abrahamsson e Nilsson, 1994; Botiwinick, 1990; e Shepherd, 1994), enfatizam a necessidade da participação activa das comunidades nos processos de tomada de decisões para se alcançar o sucesso dos programas, e de poder responsabilizar as comunidades na implementação dos mesmos. Por sua vez, Ismail et al., (1997: 26) sustentam que a participação directa ou indirecta da população na vida política é um imperativo para a governação local pois, quando faltam mecanismos de escuta, as estruturas governamentais são insensíveis aos interesses da população e não satisfazem as necessidades destas.

Nesse diapasão, as reformas de descentralização, volvidos mais de 20 anos de municipalização, nem sempre equacionaram devidamente as necessidades ligadas a participação política dos indivíduos, e

particularmente das mulheres nos processos de tomada de decisão (Romeo, 2011; Serra, 1997; Godinho, 2012). Isso por um lado, revela que a participação política e o envolvimento das diversas camadas sociais continua um desafio assinalável, e por outro, evidencia que ao nível da elite política, a descentralização sempre foi concebida como um problema meramente político e técnico e não como processo cujo objectivo consiste em promover o envolvimento de vários actores sociais.

Ademais, o pouco envolvimento das diversas camadas sociais, e a forma como o processo de descentralização tem sido levado a cabo justifica-se pela intenção da elite política, principalmente do partido no poder em travar ou limitar o avanço do processo de descentralização em Moçambique para além do sentido meramente técnico-administrativo (Weimer, 2017; Forquilha, 2007; Castelo-Branco, 2008; Serra, 1997).

Por exemplo, um dos aspectos que marcam a história de municipalização em Moçambique tem sido a sub-representação das mulheres nos processos de tomada de decisão, conforme testemunham algumas vozes da opinião pública e uma vasta literatura que aponta para falta de equilíbrio de género nas assembleias municipais, nos conselhos consultivos, nas presidências municipais e demais posições da elite governativa, (Wilma, 2014; Vidal, 2017; Abreu 2005; Nyamuzuwe, S/d; Osório e Macuácuá, 2019).

Furquim e Jácome (2019) asseveram o seu discurso dizendo que a participação política das mulheres devia ser considerada fundamental não só por constituir um imperativo de justiça e das práticas democráticas como também por garantir a inclusão das perspectivas das mulheres no processo de desenvolvimento comunitário como grupo social e historicamente excluído.

Outrossim, a inclusão das mulheres através do processo de descentralização importa tanto para a edificação duma sociedade democrática e desenvolvimentista, assim como para a afirmação dos seus direitos enquanto humanas e cidadãs (Vidal, 2017; Wilma, 2014; Karberg, 2015).

A Constituição da República de Moçambique reconhece (CRM), desde 1975, a igualdade entre homens e mulheres em todos os domínios da vida política, económica, social e cultural. Do mesmo modo que a igualdade de direitos e oportunidades entre homens e mulheres está plasmada nos vários instrumentos internacionais que o país ratificou na área de género, nomeadamente: a Convenção das Nações Unidas sobre todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW), os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável, a Agenda 2030 das Nações Unidas, os anteriores Objectivos do

Desenvolvimento do Milénio e o Protocolo da SADC sobre Género e Desenvolvimento (Vidal, op.cit; OMA, 2018; LOLE, 2018). Fruto desses instrumentos, o Governo moçambicano aprovou através da Resolução nº 19/2007, de 15 de Maio, do Conselho de Ministros, a política de Género e Estratégia da sua Implementação (República de Moçambique, 2018).

A repercussão desses instrumentos foi tal que, nos últimos anos verificaram-se avanços no que concerne ao aumento da proporção de mulheres nos órgãos de tomada de decisões, e da sua participação nos processos de tomada de decisão, como por exemplo, ao nível dos órgãos dos Conselhos Consultivos Distritais e de Localidade, Assembleias Municipais e presidência dos municípios (Wilma, 2014).

Contudo, como observa Vidal (2017), os homens ainda continuam a ocupar lugares de destaque nos centros de tomada de decisão em relação às mulheres, o que permite concluir que ainda existem discrepâncias nas relações de poder entre homens e mulheres. Para Wilma (2014), os instrumentos ratificados e os avanços registados nos últimos anos não expressam ainda um real acesso no exercício político por parte das mulheres, pois estas ainda enfrentam uma série de barreiras a nível familiar, comunitário e institucional para aceder ao espaço político, e por conseguinte de tomada de decisão.

Em concordância com (Wilma, 2014; Inglehart e Norris, 2003), as referências culturais e o modelo patriarcal continuam a constituir o principal obstáculo para a igualdade de género e participação efectiva da mulher na política e no desenvolvimento comunitário. Como observou Karberg (2015), apesar de ter havido um crescimento assinalável do número de mulheres nos últimos tempos na esfera política moçambicana nos centros de tomada de decisão, a desigualdade de género continua a imperar devido a prevalência do sistema patriarcal.

Portanto, diversos autores (Abreu, 2005; Casimiro, 2004; Osório e Macuácuá, 2019) sublinham a importância de se incluir as perspectivas das mulheres em diversos sectores, principalmente em posições de tomada de decisão como sendo uma forma de aprofundar os sistemas democráticos e de operacionalizar o processo de descentralização.

Estudos realizados por Macamo (2006) e Forquilha (2007), referem que uma das razões que está por detrás da fraca participação dos diversos actores na arena pública moçambicana tem a ver com a influência de um estado patrimonialista, em que se tomou o estado como se fosse um bem privado,

ressaltando-se um conjunto de práticas ligadas ao clientelismo, patronagem, corrupção, entre outros (Macamo, 2006; Forquilha, 2007).

Nas palavras de Forquilha (2007) práticas ligadas ao neopatrimonialismo não favorecem a participação de diferentes actores no processo de tomada de decisão, na medida em que a lógica neopatrimonial reforça uma ordem política fundamentalmente estruturada a volta do príncipe.

Não obstante esse cenário, espera-se ainda que a descentralização traga cada vez mais a participação dos cidadãos e traga igualmente benefícios a população. Para isso, a descentralização precisa ir para além do seu sentido meramente técnico como iremos ver já de seguida.

2.1.7. Descentralização e desenvolvimento

Como ressaltam vários autores como (Bordinave, 1983; Macamo, 2006; Ngoenha, 2015; Romeo 2011; Serra, 1997) o melhor caminho para o desenvolvimento envolve o conhecimento do local e a participação de diversos actores para se obterem melhores instituições que contribuam no processo de desenvolvimento. Nesta ordem de ideias, Dani Rodrik (1999) enfatiza que as instituições devem ser, o quanto possível desenvolvidas localmente com base na experiência do conhecimento local, uma vez que esta perspectiva favorece a compreensão da relação entre descentralização e desenvolvimento, e ressalta a importância do conhecimento local para que as instituições possam ser aperfeiçoadas.

De acordo com (Mazula, et. al., 1998; Romeo, 2011; Serra, 1997), a ausência ou a insuficiente ligação que se faz entre descentralização e desenvolvimento nos vários estudos que abordam sobre a temática das reformas de descentralização precisa ser retomada. Pois, o processo de descentralização não pode se cingir apenas a uma perspectiva tecno-administrativa que consista em prover serviços aos indivíduos, sem buscar garantir e promover o desenvolvimento local.

Nesta perspectiva, Romeo (2011) analisando a situação de alguns países africanos, constatou que a descentralização é almejada como um objectivo político em si, principalmente associada aos pacotes internacionais ligados a ideia de boa governação, ou seja, a descentralização não é equacionada como um meio capaz de nos conduzir ao desenvolvimento das comunidades, mas simplesmente como um fim em si mesmo.

Seguindo a mesma lógica de pensamento, Forquilha (2009) assinala que, efectivamente em Moçambique as reformas de descentralização tem sido integradas nos pacotes de boa governação e por essa via, tem vindo a ser promovidos pelas instituições internacionais como factor importante no

processo de redução da pobreza, uma ideia igualmente reproduzida por governos de muitos países africanos sem no entanto, tomar devidamente em consideração a natureza e os mecanismos de funcionamento do estado ao nível local. Ademais, o mesmo autor verifica que contrariamente ao que muitos discursos parecem sugerir, o processo de descentralização não tem levado necessariamente a redução da pobreza e por conseguinte ao desenvolvimento local pela forma como tem vindo a ser processado.

No entanto, olhando para as potencialidades do processo de descentralização em termos da possibilidade de garantir a inclusão de diversos actores sociais, importa referir uma vez mais que, a descentralização não pode ser vista como um fim em si, como tem vindo a acontecer, mas antes, um meio capaz de nos levar ao desenvolvimento (Romeu, 2011).

Forquilha (2009) afirma que se olharmos para o tipo de intervenções que tem lugar nos espaços municipalizados, quer por parte dos parceiros de cooperação dos municípios, quer por parte do próprio Estado Moçambicano através do Ministério da Administração Estatal (MAE), constataremos que se trata de intervenções mais focalizadas em aspectos ligados a assistência técnica e infra-estruturas do que no próprio processo político em curso nos municípios. Mesmo em situações em que as comunidades locais recebem ajuda internacional para a execução de certos planos de desenvolvimento local, é importante que se sublinhe que os mesmos devem ter como finalidade promover o bem-estar social da população.

Devido a esse *modus operandi*, Forquilha (2007) diz que as reformas de descentralização ainda não tiveram um impacto significativo na constituição e desenvolvimento de espaços políticos locais. Ou seja, verifica-se um fraco impacto do processo de descentralização ao nível local, principalmente no que concerne a governação participativa, capaz de promover a cidadania local, a prestação de contas, a transparência, a capacidade de resposta por parte dos governos locais as necessidades dos municípios e acima de tudo o melhoramento das condições de vida dos cidadãos.

Um outro factor que tem contribuído para que a descentralização não esteja a impulsionar o desenvolvimento local tem a ver com a forma como este fenómeno tem vindo a ser processado em Moçambique. Muitas decisões que são tomadas localmente vêm de cima para baixo e não de baixo para cima. Um modelo com este prisma dificulta a capacidade das instituições governamentais de mergulhar nas bases históricas e filosóficas das comunidades e a partir daí extrair um modelo de descentralização que leve ao desenvolvimento local (Macamo, 2006; Ngoenha, 2015).

Por exemplo, como aponta PUC (S/d), o sucesso que se verificou nos países desenvolvidos na implementação do processo de descentralização dependeu muito duma série de instituições que, evoluíram numa perspectiva de baixo para cima e não de cima para baixo. Portanto, os países subdesenvolvidos insistindo no modelo *top down* (cima para baixo) e não pelo *bottom up* (baixo para cima) não conseguirão replicar o sucesso que se verificou nos países desenvolvidos.

Em Moçambique, assim como em muitos países africanos, o debate sobre a descentralização não foi iniciado por uma preocupação com a eficiência da prestação pública, mas sim, por pressões políticas avançadas pelas instituições internacionais, sobretudo na fase de transição política dos anos 1980 a 1990. Contudo, vale ressaltar que, para que a descentralização seja mais efectiva é preciso que haja autonomia dos governos locais, em termos culturais, administrativos e financeiros.

2.2. Problema de pesquisa

A construção da democracia e a sua articulação com a descentralização tem sido amplamente discutido por permitir um maior envolvimento de diversos actores sociais, incluindo a participação política das mulheres (Osório, 2019).

A perspectiva de lutar pela libertação da mulher das amarras do patriarcado tem estado presente em diversos contextos sociais e em épocas diferentes. Por exemplo, após séculos de marginalização política, nos últimos anos tem ocorrido um progresso célere no que concerne a representação da mulher na esfera política em vários países africanos e não só. Os ambientes políticos têm vindo a ser reformulados e as mulheres têm tido mais força nos espaços de tomada de decisão política. A literatura existente menciona com frequência um número crescente de mulheres no parlamento e em posições de tomada de decisão política como um instrumento eficaz para a consecução da igualdade de género e para uma maior capacitação da mulher em geral (Karberg, 2015; Vidal, 2017; Wilma 2014).

Apesar de se registar um crescente número de mulheres na esfera política moçambicana e particularmente nos centros de tomada de decisão, a desigualdade de género, segundo Karberg (2015) continua a imperar devido a prevalência do sistema patriarcal. Como observam vários autores, mesmo nos casos em que as mulheres conseguem ascender a cargos políticos da elite governativa, estas não tem desenvolvido acções no sentido de procurarem assegurar a igualdade de género e por conseguinte, os direitos humanos das mulheres nestes espaços (Osório, 2019; Kaberg, 2015; Alvarez, 2000).

Osório (2019) e Kaberg (2015) acrescentam dizendo que, mesmo em situações em que a mulher atinge lugares cimeiros nos órgãos de tomada de decisão, a sua participação não tem sido efectiva na arena política devido a instrumentalização, obediência e a lealdade com os seus partidos políticos, que por sinal, relegam para o segundo plano as matérias sobre a igualdade de género.

Contudo, como demonstra (Abreu, 2005; Vidal, 2017), a participação igualitária das mulheres na política é essencial para a realização de eleições democráticas, livres e justas, que permitam o acesso às mesmas oportunidades que os homens de participar em todos os aspectos da vida pública.

Todavia, vários autores reafirmam que existe um conjunto de barreiras e restrições que devem ser superadas para que as mulheres possam participar livremente na política e nos diversos processos de tomada de decisão (Brígida, 2009, Wilma, 2014, Vidal, 2017). Por exemplo, Kaberg (2015) afirma que, de uma forma geral, o espaço político em Moçambique ainda continua sendo considerado de domínio masculino e isto constitui uma barreira à ascensão das mulheres como candidatas nos partidos políticos.

Numa das entrevistas realizadas pelo Jornal Notícias, uma das representantes do partido RENAMO afirmou que, as últimas eleições autárquicas realizadas em 2018 em todas as províncias provaram mais uma vez que, apesar dos esforços feitos quer pelo governo, quer pela sociedade civil para que se possa alcançar a igualdade de direitos entre homens e mulheres no país, esta realidade ainda está longe de ser alcançada sobretudo na área de governação local (Maria Inês, presidente da liga feminina da RENAMO, Novembro, 2018).

Outrossim, como constataram Osório e Macuácuá (2019) na arena política moçambicana há uma transversalidade assente numa estrutura de poder que situa as mulheres numa posição de subalternidade no contexto da sua relação com os homens. De acordo com os mesmos autores, isso pode ser constatado tendo em conta as últimas eleições autárquicas de 2018 em que num total de 53 autarquias, apenas seis mulheres foram eleitas para Presidentes dos Conselhos Municipais.

Apesar das evidências que nos mostram a existência duma fraca participação das mulheres nos processos de tomada de decisão e seu envolvimento na arena pública, há necessidade de acautelar o que Touraine chamou de Discurso Interpretativo Dominante (DID) que se limita apenas a vitimizar as

mulheres, explicando a sua ausência significativa no espaço público com base no patriarcado e na falta de vontade política (Touraine, 2007).

Nessa ordem de ideias, quando analisamos a realidade moçambicana, constatámos que algumas mulheres não retraíram a sua participação na arena pública devido ao sistema patriarcal ou a qualquer outro obstáculo de natureza cultural. Portanto, dentro duma perspectiva pós-feminista de Touraine (2007) interessou-nos analisar a situação de algumas mulheres que conseguiram superar os condicionalismos culturais e alcançaram um sentido de protagonismo e de autonomia no espaço público.

Neste prisma, partindo de casos concretos como os da Rita Muianga e Maria Helena Langa, pertencentes a província de Gaza, pode-se verificar que as duas edis conseguiram ascender e presidir os municípios de Xai-Xai e Manjacaze e participaram nos processos de desenvolvimento comunitário, mesmo estando num contexto considerado como sendo patriarcal. Neste plano, colocamos a seguinte pergunta de partida: *Que condições contribuíram para que as edis das autarquias de Xai-Xai e Manjacaze conseguissem ascender as presidências municipais e participar nos processos de desenvolvimento comunitário?*

2.2.1. Objectivos do estudo:

Na presente dissertação apresentamos um objectivo geral e quatro objectivos específicos conforme ilustrado a seguir:

2.2.2. Geral:

Compreender as condições que terão contribuído para que as edis das autarquias de Xai-Xai e Manjacaze conseguissem ascender as presidências municipais e participar nos processos de desenvolvimento comunitário.

2.2.3. Específicos:

- Identificar o perfil socioeconómico das edis das autarquias de Xai-Xai e Manjacaze;
- Descrever os aspectos socioculturais vigentes nas autarquias de Xai- Xai e Manjacaze no que diz respeito à participação política da mulher em posições de tomada de decisão;
- Analisar os mecanismos que as edis das autarquias de Xai-Xai e Manjacaze acionaram para a sua ascensão aos cargos de presidência municipal.

- Explicar se as acções desenvolvidas pelas edis das autarquias de Xai-Xai e Manjacaze contribuíram para o desenvolvimento comunitário.

2.3. Hipótese

As edis das autarquias de Xai-Xai e Manjacaze ascenderam às presidências municipais com recurso a um processo contínuo de disputas, negociações e alianças políticas, na base de homologia de posições que lhes permitiu realçar sua capacidade de sujeito, e envolverem-se nos processos conducentes ao desenvolvimento comunitário.

CAPÍTULO III: ENQUADRAMENTO TEÓRICO E CONCEPTUAL

A explicação dos fenómenos sociais não se faz de forma descontextualizada porque sempre que olhamos para o real, fazemo-lo a partir de uma determinada perspectiva teórica (Macamo, 2004:13). Neste sentido, nesta secção, apresentamos o quadro teórico baseado nas perspectivas de *campo político* em Pierre Bourdieu e na *teoria de sujeito* em Alain Touraine.

3.1. Teoria de campo político

Na teoria de *campo político*, Bourdieu mostra que a sociedade está dividida em esferas com certo grau de autonomia, sendo que cada uma dessas esferas possui uma lógica interna claramente definida e um capital próprio. No contexto da perspectiva teórica de Bourdieu (1987) deve-se compreender que, a esfera política é um campo que possui regras específicas, onde diferentes actores lutam pelo acesso ao poder político.

Nessa ordem de ideias, é importante sublinhar que dentro do campo político, as relações de poder são contingenciais, de tal forma que um determinado grupo ou indivíduos que hoje se encontram na posição de subordinação podem acumular capital suficiente e amanhã alcançarem o estatuto de autoridade e de posição de tomada de decisão (Costa, S/d).

Esta contingencialidade nas relações de poder ocorre através do conceito de homologia de posição¹ que permite com que actores políticos na sua actuação formem alianças que lhes podem conceder maior capital e assumirem uma posição privilegiada dentro do campo político. Nesses termos, o campo político nunca se autonomiza completamente, já que as suas lutas internas, remetem as clientelas que lhe são externas e que podem ter a palavra final nestas disputas.

Bourdieu (1987) avança ainda que em um campo político ou qualquer outro, as condutas dos agentes são determinadas pela sua posição na estrutura da relação de forças características desse campo no momento considerado. Uma das transformações mais importantes do campo político está ligada ao facto de que, agentes que podem ser considerados hoje como espectadores do campo político, amanhã

¹ *Homologia de posição*, segundo Bourdieu (1987), reflecte uma situação em que indivíduos de posições sociais diferentes tem a possibilidade de se identificar e criar alianças entre si dada a sua “identidade comum”.

podem tornar-se agentes de primeira linha ao acumularem capital suficiente que lhes permita tal façanha.

Ainda no âmbito da sua perspectiva teórica, Bourdieu salienta a necessidade de não naturalizar as desigualdades que se verificam no campo político, demonstrando que as pessoas pouco instruídas e pobres tem uma propensão muito mais fraca em ascender aos cargos políticos em virtude de pouco capital que conseguem acumular.

O posicionamento teórico de Bourdieu é particularmente importante para o presente trabalho, pois demonstra que a ascensão e a participação política das mulheres nos processos de tomada de decisão se apoia nas disputas, controvérsias e alianças que se formam na base de homologia de posições dentro do campo político.

3.1.1. Teoria de sujeito

Na teoria de sujeito, Alain Touraine (2007) privilegia a noção do sujeito em contraposição as explicações dos fenómenos sociais através de determinismos externos. Touraine (2007) busca captar a capacidade reflexiva dos indivíduos enquanto seres portadores de direitos.

Neste sentido, Touraine (2007) defende uma sociologia que não mais se define como o estudo de sistemas sociais, mas como estudo de actores dotados da sua subjectividade e experiências particulares. Portanto, o objectivo de Touraine, consiste em fugir da representação de uma vida social reduzida aos efeitos de uma dominação radical que torna impossível a afirmação de sujeito enquanto actores sociais.

No livro “*o mundo das mulheres*”, Touraine (2008) mostra que, a afirmação da consciência feminina não se refere aos seus papéis sociais, nem mesmo a missão das mulheres de transmitir a vida e ao vínculo que liga as mães aos filhos. Para o autor esses temas devem ser abordados, mas antes importa compreender o sentido sociológico do apelo a ideia do sujeito. De acordo com Touraine (2008), representações como a mulher reprodutora, mulher repouso do guerreiro, mulher dócil, mulher educadora das filhas, mulher publicitada pela exposição do seu corpo, destroem activamente a consciência que a mulher tem de si mesma como criadora de si.

Neste sentido, o principal interesse de Touraine (2008), consistiu em analisar a situação das mulheres enquanto actrizes e autoras de suas próprias vidas, através de suas experiências, das suas ideias e suas

subjectividades. De acordo com o autor, é preciso ultrapassar a ideia de que existe uma natureza feminina, e entender que as relações e categorias de género são socialmente construídos, ou seja, a ideia de género não pode carregar consigo um determinismo social e ideológico.

As mulheres por muito tempo foram consideradas como não actores, privadas de subjectividades e definidas mais por função do que por sua consciência. Contudo, para Touraine (2008) as mulheres são a figura principal do sujeito e é no domínio da reflexão sobre si e da construção de novos modelos culturais que se manifesta a força do pensamento e da acção pós-feminista.

O pós-feminismo actual concede prioridade a vida pessoal das mulheres em face de um universo político cada vez mais desligado da experiência vivida por elas. O pós-feminismo não busca ideias universalizantes, e nem se associa as ideologias feministas frequentemente difundidas pelo feminismo clássico. Mas antes, busca realçar as subjectividades, as experiências vivenciadas pelas mulheres em situações particulares. Neste sentido, as mulheres ao se afirmarem como actrizes e sujeitos podem fazer intervenções autónomas e bem sucedidas na arena pública nacional. Essa capacidade verificou-se nas autarquias de Xai-Xai e Manjacaze sobretudo com as intervenções das edis nos processos de desenvolvimento comunitário.

3.1.2. Enquadramento conceptual

A sociologia é uma ciência discursiva e, como tal, os sociólogos apreendem a realidade discursivamente através dos conceitos” (Macamo, 2004:15). Esta colocação nos remete para a necessidade de definir e precisar os conceitos na análise sociológica. Portanto, na presente secção definimos os seguintes conceitos: participação política, campo político, sujeito e desenvolvimento comunitário.

3.1.3. Participação política

De acordo com Simão (2013) não existe uma definição acabada e consensual do conceito de participação, daí que tem sido usado com diferentes significados. Contudo, é possível encontrar alguns elementos que nos permitam ter alguma clareza sobre este conceito.

A palavra participação vem da palavra “parte”, demonstrando a ideia de que participação significa fazer parte e ter parte. Segundo Bordinave (1983) o interesse pela participação tem vindo a crescer de tal forma que, actualmente existem vários grupos sociais e actores que buscam operacionalizar esse

desiderato, através de organizações da sociedade civil e associações de diversa natureza. Ainda de acordo com o mesmo autor, participação implica um processo em que os indivíduos se sentem parte ou inclusos no processo de tomada de decisão, e não apenas espectadores que transferem essa prerrogativa apenas ao governo ou demais instituições sociais.

De acordo com Mesquita e Moisés (2015) apesar de não haver consensos sobre este conceito dentro das teorias democráticas pode se definir a participação política como aquela que envolve dois valores fundamentais. O primeiro é a igualdade política, que supõe o reconhecimento do direito de os cidadãos decidirem sobre a organização e o destino da comunidade política, e em consequência a expectativa de tratamento igual à expressão de seus interesses e preferências. O segundo é a autodeterminação, que supõe cidadãos como sujeitos morais com plena capacidade de formular suas próprias concepções e de fazer suas escolhas morais. Neste sentido, a participação é um processo que recupera o desiderato da democracia e deve ser vista como um estado que vai além de meras eleições.

Em Moçambique a história de participação aberta é relativamente recente, se tivermos em conta que historicamente enfrentamos o colonialismo e depois da independência, o autoritarismo imposto pelo socialismo. Actualmente, com o sistema liberal, a participação em Moçambique está na ordem do dia, devido a necessidade que a maior parte das pessoas sentem em estar envolvidos nos vários assuntos que lhes dizem respeito. Ademais, participação facilita o crescimento da consciência crítica da população, fortalece seu poder de reivindicação e a prepara para adquirir mais poder.

Neste sentido, vários governos nacionais e municipais ao redor do mundo têm viabilizado a criação de canais de interlocução com a sociedade, para a tomada de decisão sobre as políticas públicas, contribuindo, dessa forma, para a transformação das relações entre o Estado e a sociedade. As expectativas com tais iniciativas de participação social é que se produzam inovações nas interações entre actores sociais e estatais.

Outrossim, a participação se tornou predominante, com a difusão dos ideais do desenvolvimento comunitário em que se tem defendido a incorporação do conhecimento local para o planeamento, execução e acompanhamento das políticas públicas (Coelho, 2009), graças a participação a prestação de serviços oferecidos pelos organismos tais como, conselhos municipais são melhor aceites quando resultam da percepção e da participação do povo.

Segundo Bordinave (1983) é preciso sair duma perspectiva vertical, e adoptar a participação popular em que a descentralização das decisões mostra-se como o caminho, mais adequado para enfrentar os problemas graves e complexos dos países em desenvolvimento. A participação disseminada em associações e entidades, equilibra a tendência para a ruptura contida na participação canalizada exclusivamente através dos partidos políticos.

Neste quadro, é preciso considerar que a mera enumeração das contribuições da participação poderia levar a um conceito puramente instrumental. No entanto, se procurarmos a motivação dos participantes de uma actividade comunitária qualquer, notaremos neles uma satisfação pessoal e íntima que com frequência vai muito além dos resultados úteis de sua participação. Como afirma Bordinave (1983) o homem só desenvolverá seu potencial pleno numa sociedade que permita e facilita a participação de todos.

Portanto, a participação é oposta a marginalização, pois a marginalidade significa ficar de fora de alguma coisa, ou à margem de um processo sem nele intervir. De toda maneira, sublinha-se aqui a visão segundo a qual, a participação não pode ser fictícia, irreal, nem para cumprir formalismos, mas uma forma de alcançar a eficiência na gestão. E uma participação activa implica uma co-gestão, uma capacidade de envolver diversos actores, de forma directa de modo a fazer parte e a tomar parte no processo de tomada de decisão. Portanto, na presente dissertação a participação é vista como um processo que implica a capacidade dos sujeitos locais em fazer parte dos processos de tomada de decisão de modo a contribuirem com acções específicas em prol do desenvolvimento comunitário.

3.1.4. Campo político

O campo político na concepção de Bourdieu (1987) representa um mundo social relativamente autónomo no interior do grande mundo social. Este campo encontra-se num grande número de propriedades, relações, acções, e processos que se encontram no mundo global, mas esses processos, fenómenos se revestem de uma forma particular.

No campo político, operam critérios de avaliação que lhe são próprios e que não teriam validade no microcosmo vizinho. Ou seja, é um universo que obedece as suas próprias leis, que são diferentes das leis do mundo social ordinário. Quem quer que entre para política, assim como alguém que ingressa em uma religião deve operar uma transformação ou uma conversão (Bourdieu, 1987).

A noção de campo político permite de maneira rigorosa demonstrar a realidade do campo político e, estabelecer uma comparação entre o campo político e a realidade dos outros campos, como o religioso e o artístico (Bourdeu, op.cit). Dentro do campo político, assim como, em qualquer outro campo existem troféus específicos que levam os indivíduos a competirem entre si.

Esta realidade nos remete para o conceito de capital que, de forma mais ou menos elementar, refere-se ao conjunto de recursos e de poderes efectivamente utilizáveis dentro de um determinado campo. Isso significa que cada espécie particular de capital está ligada a um campo, e tem limites de validade e de eficácia no interior do qual tem curso. Dentro de campo existem lutas simbólicas nos quais os adversários dispõem de capitais desiguais (Crespo, 2007). É importante sublinhar que o capital político de um agente político frequentemente depende do peso político do seu partido, e do peso que a pessoa tem dentro de seu partido. Portanto, de forma resumida o campo político refere-se a um espaço de lutas e confrontos entre agentes políticos na busca pelo melhor capital no interior do campo, que lhes conceda a conquista e a manutenção de poder.

3.1.5. Sujeito

O conceito de sujeito foi trabalhado por vários autores, entretanto no presente trabalho adoptaremos a visão que nos é apresentada por Alain Touraine. A sociologia de Touraine pauta-se numa contraposição às concepções estruturalistas que, colocam o indivíduo em condições que não podem ser superadas. Assim, Touraine, busca privilegiar a noção do sujeito, contrariando o pressuposto de explicação dos aspectos sociais através de determinismos externos, sobretudo económicos, históricos e culturais, que fundamentam a ideia de uma sociedade sem actores (Veronese e Lacerda, 2011). Numa análise histórica, Touraine (2007), constata que:

“O homem pré-moderno procurava a sabedoria e se sentia acorrentado por forças impessoais, pelo seu destino, pelo sagrado e também pelo amor. Contudo, a modernidade triunfante quis substituir essa sujeição ao mundo pela interpelação e integração social, ou seja, era preciso que o indivíduo desempenhasse seu papel de trabalhador, de genitor, de soldado ou de cidadão.”

Touraine aponta que o indivíduo é sujeito com desejo de ser actor social e indissociável da razão e da constituição da modernidade.

O sujeito é parte indissociável da modernidade, juntamente com a racionalização. Este é a vontade de ser actor social que brota no indivíduo. À medida que a modernidade se reconcilia com o sujeito e a subjectividade, deixados de lado em nome da razão e da objectividade, são criadas as condições para que o sujeito tome forma e assuma o seu papel, enquanto protagonista da modernidade. Portanto, a subjectivação articula razão objectiva e indivíduo como componentes voltados um para o outro, fazendo com que o indivíduo encontre terreno fértil para se reconhecer como sujeito e, manifestando-se pela resistência ao individualismo da sociedade de massas e ao enclausuramento nas comunidades identitárias (Touraine, 2007).

Neste sentido, Touraine (2007) busca a superação duma perspectiva que advoga que a unidade das condutas sociais é imposta pela sociedade ou pela cultura. Portanto, de acordo com este autor, o sujeito deve-se desfazer duma visão que o priva de toda a liberdade e de toda a criatividade que limita à acção e ao pensamento. Nesse contexto, Touraine (2007) propõe uma teoria que tem por base o “retorno do sujeito”, onde a consciência desse sujeito é formada pela combinação de três elementos fundamentais: “a relação de si mesmo como um indivíduo portador de direitos fundamentais; a entrada consciente no conflito contra as forças dominantes que negam o direito e a possibilidade de agir como sujeito, e a concepção que cada indivíduo possui de si, enquanto sujeito”.

De acordo com Touraine, temos que abandonar a concepção da vida social, e da experiência pessoal que exerceu influência dominante sobre o nosso passado recente. Temos de analisar de maneira original os novos modos de agir, pensar e falar. Isto é, buscar o reconhecimento do indivíduo, o “seu direito a ter direito”. Reconhecer o indivíduo como criador de si mesmo, posto que o sujeito é aquele que se rebela contra as condições sociais que lhes são impostas, ou seja, sujeito é a construção do indivíduo como actor.

A noção de sujeito de Touraine está igualmente relacionada a de movimento social, conceito que substituiu a classe social ao longo de sua trajetória acadêmica. O sujeito é movimento social na medida em que a vontade de se libertar aflora, provocando fortes reações na nova modernidade.

O indivíduo reflexivo de Touraine se mostra como resposta fundamentada nas mudanças que compreendem a modernidade e o ser e estar no mundo. Neste sentido, no presente trabalho, a noção de sujeito deve ser vista como a manifestação dum actor social engajado na luta pela transformação social, pela liberdade de intervenção contra a ordem estabelecida e os determinismos sociais, ou seja, a capacidade de definir suas lógicas de acção tendo em conta a consciência de si e as escolhas que são feitas racionalmente na relação entre autonomia e dependência.

3.1.6. Desenvolvimento comunitário

O conceito de desenvolvimento vem sendo definido e renovado por muitos autores ao longo dos anos. A crença na ideia de desenvolvimento compreendido como a possibilidade de progresso e crescimento ilimitado, se constituiu como um dos pilares da sociedade industrial ocidental, particularmente em meados dos anos 40. Depois da II guerra mundial, a tendência de desenvolvimento entendido como crescimento económico foi adoptado tanto por governos com orientações socialistas, assim como com orientações capitalistas. Neste sentido, o desenvolvimento era concebido de forma linear e uniforme na medida em que as nações tidas como pobres ou subdesenvolvidas alcançariam um nível superior, se observassem alguns indicadores quantitativos tais como: aumento do produto interno bruto (PIB), o crescimento tecnológico, aumento da produção e produtividade, industrialização, entre outros (Scotto et al., 2009).

Contudo, devido as várias e permanentes críticas feitas ao conceito de desenvolvimento, houve ao nível do campo académico e não só, o entendimento de que ainda que o crescimento económico seja importante para o desenvolvimento, este não pode estar mais preocupado com os indicadores e menos com as pessoas, ou seja, ao crescimento económico necessário para a observância do desenvolvimento é fundamental que se acrescente o humano para a sua orientação no sentido da melhoria da qualidade de vida da população em países de baixo rendimento como Moçambique (Bartoli, 1999; Nipassa, 2016). Neste prisma, o desenvolvimento implica o bem-estar “das” pessoas, “pelas” pessoas e “para” as pessoas. Portanto, o desenvolvimento humano avançado nessa perspectiva requer uma abordagem complexa e pluridimensional que articule as várias instituições e actores sociais na busca pelo bem-estar social dos indivíduos.

A busca pelo desenvolvimento humano teve vários desdobramentos, sendo um deles a noção do Desenvolvimento Comunitário (DC). A noção do DC foi adoptada pela primeira vez como uma estratégia oficial de um governo, no ano de 1942, pelo governo Britânico com o objectivo de “apoiar” as suas colónias no seu processo pós-independência. Mais tarde depois da 2ª Guerra Mundial, concretamente em 1950, esta estratégia foi institucionalizada pela Organização das Nações Unidas (ONU). A partir de então, a ONU começou a empenhar-se na sistematização e divulgação do DC como medida para solucionar o complexo problema de integrar os esforços da população aos planos regionais e nacionais de desenvolvimento económico e social (Francisco, 2007).

Neste sentido, o DC surgiu fundamentalmente no contexto da necessidade de enfrentar problemas como pobreza, saúde, acesso a água e saneamento, à educação, formação e a questão da cidadania e participação activa das comunidades locais na gestão dos recursos. Na linha de Santos (2002) DC é um esforço para melhorar as condições de vida daqueles que habitam no local (a comunidade e o seu espaço geográfico e cultural) tomando em linha de conta a especificidade desse local. Sublinha esse autor o facto de que o DC distingue-se do desenvolvimento de uma população em geral porque, o DC procura o desenvolvimento equilibrado e integrado de uma comunidade com o máximo respeito pelos seus valores próprios e procurando tirar maior partido da sua riqueza histórica.

Actualmente o conceito de desenvolvimento comunitário que tem vindo a ser adoptado e com o qual concordamos é aquele que se caracteriza por promover o homem, bem como por mobilizar recursos humanos e institucionais, mediante a participação activa e democrática da população, no estudo, planeamento, e execução de programas ao nível de comunidades de base, destinados a melhorar o seu nível de vida (Ander-Egg, 1980: 69 apud Carno, 2001).

Desta definição podem se extrair algumas dimensões: uma dimensão doutrinária pela implícita filosofia personalista que defende uma dimensão teórica pelos pré-requisitos de análise antropológica, sociológica, política e económica a que se obriga; uma dimensão metodológica pelos propósitos de mudança planeada que defende e finalmente uma dimensão prática pelas consequências que a sua aplicação tem no terreno, tanto pela implicação das comunidades no processo do seu próprio desenvolvimento como pela alteração das práticas profissionais a que obriga.

Destas dimensões podem se extrair os princípios que norteiam o DC, nomeadamente:

- ✓ o princípio das necessidades sentidas que defende que todo o projecto de desenvolvimento comunitário deve partir das necessidades sentidas pela população e não apenas das necessidades consciencializadas pelos técnicos;
- ✓ o princípio da participação, que afirma a necessidade do envolvimento profundo da população no processo do seu próprio Desenvolvimento;
- ✓ o princípio da cooperação que refere como imperativo de eficácia a colaboração entre sector público e privado nos projectos de Desenvolvimento Comunitário;
- ✓ o princípio da auto-sustentação que defende que os processos de mudança planeada sejam equilibrados e sem rupturas, susceptíveis de manutenção pela população-alvo e dotados de mecanismos que previnam efeitos perversos ocasionados pelas alterações provocadas;

- ✓ o princípio da universalidade que afirma que um projecto só tem probabilidades de êxito se tiver como alvo de Desenvolvimento uma dada população na sua globalidade (e não apenas subgrupos dessa população) e como objectivo a alteração profunda das condições que estão na base da situação de subdesenvolvimento.

Portanto, resumindo e concatenando o DC refere-se a um esforço institucional, mediante a participação activa e democrática da população com o objectivo de melhorar as condições de vida daqueles que habitam no local, ou seja, que leva a capacidade de enfrentar problemas como, saúde, acesso a água e saneamento, educação, emprego, entre outros recursos que concorram para a promoção do bem-estar social do homem.

CAPÍTULO IV. METODOLOGIA

Uma das componentes importantes da estrutura dum trabalho sociológico, refere-se às decisões que o autor toma sobre a recolha de dados para sustentar o seu argumento (Macamo, 2004: 22).

Nesses termos, nesta secção explicamos como levamos a cabo a nossa pesquisa. Assim, o presente trabalho conheceu três principais momentos. O primeiro consistiu na elaboração do projecto de pesquisa com o auxílio da literatura considerada relevante para a presente dissertação. No segundo momento, após a aprovação do projecto realizamos o trabalho de campo nos municípios de Xai-Xai e Manjacaze. Por fim, no terceiro momento, de forma integral procedemos com a elaboração da dissertação.

De uma forma geral, esta secção será acompanhada dos seguintes aspectos metodológicos: tipo de pesquisa; técnicas e instrumentos de recolha de dados; população e amostra; trabalho de campo; técnicas de análise de dados e a descrição dos princípios éticos.

4.1. Tipo de pesquisa

Para a efectivação do presente estudo optamos pela pesquisa qualitativa. Esta orientação nos permitiu compreender de forma detalhada a questão da descentralização, e de como este modelo de governação equaciona a participação política das mulheres em questões ligadas ao desenvolvimento comunitário. A escolha por esse método justificou-se pelas potencialidades que o mesmo nos ofereceu na interpretação de significados, motivações, valores e crenças. Aspectos que não podem ser reduzidos à questões meramente quantitativas, pois buscam responder à noções muito particulares (Minayo, 1996; Lakatos e Marconi, 2003).

Quanto ao método de abordagem, optamos pelo *estudo de caso*. Esta opção, deveu-se a necessidade de se explorar de forma específica e complexa as dinâmicas das autarquias de Xai-Xai e Manjacaze, buscando evidenciar suas características particulares (Gil, 2008a; Gil, 2007b). Para cumprir com os objectivos da nossa pesquisa consideramos igualmente relevante o uso do *método dedutivo*, pois sendo a nossa pesquisa de carácter qualitativo, partimos de princípios reconhecidos como gerais para compreender um fenómeno particular, referente a participação política das mulheres no desenvolvimento comunitário (Gil, 2008).

4.2. Técnicas e instrumentos de recolha de dados

Para a elaboração da presente dissertação recorreremos as seguintes técnicas: pesquisa documental, pesquisa bibliográfica; entrevistas semiestruturadas, história de vida e observação directa. A *pesquisa documental e a revisão bibliográfica* foram fundamentais em todas as fases do trabalho, pois em cada etapa, estas técnicas conseguidas através de livros, artigos científicos, disponíveis na internet e nas bibliotecas, foram importantes para constatar o que existia sobre a temática aqui discutida, e para fazer confrontação com os outros estudos que abordam sobre a participação política das mulheres no desenvolvimento comunitário.

Outrossim, optou-se igualmente pelas *entrevistas semiestruturadas* com o objectivo de captar os aspectos mais subjectivos dos nossos entrevistados. Assim sendo, as perguntas contidas na entrevista semiestruturada foram previamente formuladas e administradas aos nossos entrevistados em situação de co-presença física. Esta técnica foi relevante porque deu maior liberdade aos entrevistados, oferecendo-lhes mais espaço para discorrer sobre o tema proposto. Ademais, nos permitiu ver no decurso da entrevista, aspectos como: expressão facial, tonalidade da voz e ênfase dada nas respostas.

Uma outra técnica adoptada foi a *história de vida*. Esta tem como principal função retratar as experiências vivenciadas por pessoas, grupos ou organizações (Minayo, 1996). De acordo com Minayo (1996), existem dois tipos de histórias de vida: a primeira é a história de vida completa que retrata todo o conjunto de experiência vivida pelo entrevistado e, a segunda é a história de vida tópica, que focaliza uma etapa ou um determinado sector da experiência do indivíduo.

Nesta pesquisa usamos a segunda forma de história de vida, para analisar a participação política das mulheres que consistia em ver como é que as edis de Xai-Xai e Manjacaze, nomeadamente Rita Muianga e Maria Helena Langa conseguiram ascender às presidências municipais, e participar nos processos de desenvolvimento comunitário.

A *observação directa* foi uma outra técnica a que recorreremos com o objectivo de analisar ao nível das autarquias de Xai-Xai e Manjacaze como tem ocorrido a participação política das mulheres, e mais especificamente, que contribuição para o Desenvolvimento Comunitário Rita Muianga e Maria Helena Langa conseguiram dar nos seus municípios.

4.3. População e amostra

A população estudada nesta pesquisa é referente aos municípios das autarquias de Xai-Xai e Manjacaze.

A amostra dos participantes das entrevistas semiestruturadas foi constituída por trinta (30) indivíduos. Deste número, duas (02) entrevistas foram, nomeadamente feitas com a ex-presidente do conselho municipal de Xai-Xai, Rita Bento Muianga e a outra com a actual presidente do município de Manjacaze, Maria Helena Langa.

Em Xai-Xai tivemos igualmente dez (10) entrevistados pertencentes as bases partidárias da Rita Muianga. Deste número, seis (06) foram mulheres e quatro (04) homens. Ainda ao nível da autarquia de Xai-Xai entrevistamos quatro (04) membros das organizações da sociedade civil, dos quais, dois (02) pertencentes a Associação Activa, e dois (02) pertencentes a ONU-mulher e outro a Associação Kuvumbana.

Em Manjacaze, para além da presidente do conselho municipal, entrevistamos igualmente dez (10) membros das bases partidárias da Maria Helena Langa. Dentro deste número, sete (07) foram mulheres e três (03) homens. Outrossim, entrevistamos quatro (04) membros das organizações da sociedade civil de Manjacaze. Sendo um (01) da Associação Txavelela e três (03) mulheres da Associação Muchefa.

A selecção dos participantes para as entrevistas ocorreu com base na amostragem não probabilística por conveniência, uma vez que, as entrevistas semiestruturadas foram efectuadas com indivíduos que, fazendo parte da população, se mostraram disponíveis para responder as questões levantadas e colaborar com a pesquisa.

4.4. Trabalho de campo

O trabalho de campo foi realizado nos municípios de Xai-Xai e Manjacaze durante 30 dias, concretamente de 14 de Outubro de 2022 a 13 de Novembro de 2022. O processo de recolha de dados contou com o apoio de um assistente de campo, que trabalhou em particular na transcrição dos áudios gravados nas entrevistas semiestruturadas.

Para garantir a qualidade das informações recolhidas, depois da transcrição de cada áudio fazia-se a leitura do texto transcrito com base no áudio, verificando se não havia omissão ou acréscimo de informação transcrita. Feito isto, as entrevistas eram etiquetadas e armazenadas numa base de dados.

4.5. Técnica de análise de dados

Para esta pesquisa achamos conveniente usar a técnica de análise de conteúdo proposto por Laurence Bardin, por esta ser didáctica, facilitando assim a sequência de tarefas e actividades a serem seguidas para fazer a análise dos dados qualitativos. Desta forma, obedecemos a três fases tal como propostos pela autora. Em primeiro lugar, fizemos a pré-análise para a realização da dissertação, incluindo os dados colhidos no Município de Xai-Xai e Manjacaze e o material importante, de modo a analisar o que faria sentido para a leitura dos dados. Em segundo lugar, entramos para a fase da exploração do material, onde codificamos, enumeramos e categorizamos o material seleccionado. Por fim, fizemos o tratamento dos resultados obtidos e a interpretação dos mesmos por meio da articulação entre a teoria e a empírica que é um tipo de interpretação controlada (Machado, 2020).

4.6. Princípios éticos

Todo o processo de recolha de dados, tratamento, análise, interpretação e elaboração da pesquisa obedeceu cuidadosamente as questões éticas de pesquisa. Neste sentido, ao longo do trabalho buscamos em primeiro lugar, garantir e manter a propriedade intelectual na medida em que fomos citando os autores que utilizamos na presente pesquisa.

Em segundo lugar, adoptamos o consentimento informado, na medida em que antes de começar com o trabalho de campo sempre tivemos a sensibilidade de nos apresentar nos conselhos municipais de Xai-Xai e Manjacaze de modo a obter a permissão para a realização das entrevistas. Este procedimento não foi apenas observado no tratamento com as instituições, mas também com os demais entrevistados que aceitaram participar da pesquisa.

Por fim, adoptamos o princípio do anonimato, pois para além da Rita Muianga e Maria Helena Langa que são figuras públicas, aos demais entrevistados não foram expostos, nem seus nomes e tampouco qualquer outra informação que pudesse colocar a sua integridade em causa. Neste sentido, garantimos igualmente a confidencialidade da informação disponibilizada pelos nossos entrevistados.

CAPÍTULO V: ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Neste capítulo faz-se a análise e discussão dos resultados em torno da Descentralização e participação política das mulheres no desenvolvimento comunitário. Seguindo os objectivos do presente trabalho, buscamos nesta secção, explorar seis (06) categorias de análise, nomeadamente: (i) dados sobre o perfil do distrito de Xai-Xai e de Manjacaze, (ii) dados sobre o perfil socioeconómico das edis dos municípios de Xai-Xai e Manjacaze, (iii) dados sobre a participação política das mulheres nas autarquias em análise, (iv) dados sobre a influência dos aspectos socioculturais na participação política das mulheres, (v) dados sobre os factores de ascensão as presidências municipais por parte das edis de Xai-Xai e Manjacaze, (vi) por fim, analisa-se a actuação das mulheres, particularmente das edis de Xai-Xai e Manjacaze nos processos de desenvolvimento comunitário.

Partindo dum estudo de caso efectuado nas autarquias de Xai-Xai e Manjacaze, onde duas (02) mulheres, nomeadamente Rita Muianga e Maria Helena Langa, conseguiram ascender as presidências municipais, os resultados da presente pesquisa revelaram que a afirmação de si, como mulheres, bem como a capacidade de formar alianças e estabelecer negociações, são aspectos importantes para a assunção do exercício do poder político e, por conseguinte, de contribuição nos processos de desenvolvimento comunitário.

5.1. Perfil dos Distritos de Xai-Xai e Manjacaze

Nesta secção, apresentamos um panorama geral sobre o perfil do distrito de Xai-Xai e de Manjacaze com o objectivo de circunscrever o debate num contexto socio-histórico específico. Num primeiro momento, falamos sobre o distrito de Xai-Xai e na sequência sobre o distrito de Manjacaze.

Em termos geográficos, o distrito de Xai-Xai localiza-se no extremo oriental sul da República de Moçambique, concretamente na província de Gaza, conta com uma área de aproximadamente 135 km² e uma densidade populacional de 857 hab/km² (MAEFP, 2020).

O distrito de Xai-Xai foi fundado em 1897 com o nome de *Chai-Chai*, sendo elevada a categoria de vila em 1911. Em 1922 passou a designar-se como *Vila Nova de Gaza* para logo em 1928 mudar o nome para *Vila de João Belo*, em homenagem a um antigo administrador. A vila foi elevada a cidade em 1961, para depois da independência nacional voltar ao nome original, desta vez com a grafia Xai-

Xai. Esta cidade passou para a categoria de distrito municipal em 1994, através da lei, nr. 3/94 de 13 de Setembro (Mazuze et. al., 2021).

Imagem 1: Edifício do Conselho Municipal de Xai-Xai e Assembleia Municipal de Xai-Xai



Fonte: Autor, 2022.

Os limites geográficos do distrito de Xai-Xai são apresentados na tabela abaixo:

Tabela 1: Limites Geográficos do Distrito de Xai-Xai.

Distrito	Xai-Xai			
	Norte	Sul	Este	Oeste
Limites	Chokwé, Chibuto e Mandlakaze	Cidade de Xai-Xai e Oceano Indico	Mandlakaze	Bilene

Fonte: Ministério da Administração Estatal (MAE 2014).

De acordo com o censo da população de 2017, Xai-Xai tem uma população de 141 963, um aumento de 25 620 (22,02%) em relação aos 116 343 habitantes registados em 2007 (MAEFP, 2020). O município de Xai-Xai tem um perfil económico baseado em actividades pesqueiras, extractivas e turísticas. Esta última actividade se deve à característica do destino turístico das suas praias.

Em termos Administrativos o município de Xai-Xai encontra-se dividido em quatro (4) Postos Administrativos urbanos, cada um subdividido em bairros (num total de 12), Unidades, quarteirões e blocos.

Tabela 2: Divisão administrativa do Distrito de Xai-Xai

Posto Administrativo	Bairro	Unidades
Sede	Bairro A	1, 2, 12, A, B, C (Switinine), Fenicelene, Malhangalene e Denguene
	Bairro B	Juvucaze, Chimangue, Matsengane e Macandene.
	Bairro C	8, 9 e 13
	Bairro D	10 e 11
	Bairro Coca-Missava	1, 2, 3, 4 e 5
Praia	Bairro E	Cimento, Chinunguine e Macanwineda
Inhamissa	Bairro Inhamissa A	Unidades 1, 2, 3 e 4
	Bairro Inhamissa B	Unidades 5 e 6
	Bairro Marien Ngoaby A	Unidades 1, 2, 3, 4 e 5
	Bairro Marien Ngoaby B	Unidades 6 e 7
	Bairro Patrice Lumumba A	Unidades 1 e 2

Patrice Lumumba	Bairro Patrice Lumumba B	Unidades 3, 4, 5 e 6.
--------------------	-----------------------------	-----------------------

Fonte: Ministério da Administração Estatal e Função Pública (MAEFP, 2020).

5.1.1. Estrutura orgânica

O Município de Xai Xai é constituído pelos seguintes órgãos: Assembleia Municipal, Presidente do Conselho Municipal e Conselho Municipal de Xai Xai (CM). O Conselho Municipal é liderado pelo Presidente (como órgão executivo) e constitui o órgão executivo colegial, com as seguintes vereações e respectivos serviços/ gabinetes:

- ✓ Na Administração e Finanças encontram-se os seguintes serviços: Contabilidade; Serviços de Recursos Humanos; Serviços de Fiscalização Económica; Secretaria-geral.
- ✓ Na vereação da Construção, Urbanização e Ambiente encontram-se os seguintes serviços: Urbanização e Ambiente; Construção; Cadastro e Arquivo; Gabinete Técnico; Secretaria; Fiscalização de obras; Obras e Vias de Comunicação: Obras Municipais; Manutenção de Vias Municipais; Água e Saneamento; Gabinete Técnico.
- ✓ Na vereação da Água, Saúde, Mulher e Acção Social, encontram-se os seguintes serviços: Energia e Água; Mulher e Acção Social.
- ✓ Na vereação das Actividades Económicas e Mercados destacam-se os seguintes serviços: Serviço de actividades económicas; Mercados e Feira.
- ✓ Na área dos Serviços Urbanos encontram-se os seguintes serviço: de Salubridade e Cemitério; o Serviço de Jardim e Matadouro.
- ✓ Na Educação, Cultura, Juventude e Desporto encontram-se os seguintes serviços: Educação e cultura; Juventude e Desporto.
- ✓ Na Agricultura, Pecuária e Pescas encontram-se os seguintes serviço: Agricultura; Serviço de Pecuária e Pescas.
- ✓ Na vereação dos Transportes destacam-se os seguintes serviços: Transportes; Tráfego e Oficina. A estes junta-se ainda a Polícia Municipal.

O primeiro presidente do conselho municipal de Xai-Xai eleito em 1998, foi Faquir Bay Nalagly, sucedido em 2003 por Isildro Asssane e em 2008 por Rita Muianga, de ressaltar que a autarquia de Xai-Xai foi a primeira a eleger uma mulher para a presidência do conselho municipal, por fim, em 2018 ascendeu à presidência do município Emídio Xavier, actual presidente do município de Xai-Xai.

Figura 1: Mapa ilustrando a Localização do distrito de Xai-Xai



Fonte: Ministério da Administração Estatal (MAE 2014).

Por sua vez, o distrito de Manjacaze ou Mandlakazi à semelhança do distrito de Xai-Xai, encontra-se igualmente situado na parte sul da província de Gaza. A sua sede é a vila de Manjacaze. O município de Mandlakazi possui uma população de 140.588 habitantes (INE, 2017) e uma superfície total de 3.748 km² correspondentes a 5% da superfície total da província, situando-se a sudeste da província de Gaza e distando cerca de 60 km da Cidade de Xai-Xai.

A Sede do Distrito de Mandlakazi que integra o Município com o mesmo nome tem ligação rodoviária com os principais pontos do Sul e Centro do País através da EN1. O município de Mandlakazi conta com uma área aproximada de 93,4 km² e uma densidade populacional de 288 hab/km² (MAEFP, 2020).

Este distrito costeiro é o segundo com maior número de habitantes a seguir a Xai-Xai. O nome Mandlakaze foi atribuído a este distrito depois de uma disputa que o rei *Ngungunhane* teve com o Rei Xope para dominar a região dos Cambane por volta do séc. XIX. Depois de conseguir vencer a guerra, o Rei Ngungunhane deu o nome de *Mandlayangazi* que significa “*mãos de sangue*” (MAEFP, 2020).

Manjacaze corresponde a um distrito histórico na Província de Gaza por ter sido a terceira e última capital do império de Gaza depois de Chaimite (Chibuto), primeira capital e Mussorize (Manica). Por esta razão, o Distrito de Mandlakazi apresenta dois locais considerados como património histórico e cultural do País.

O primeiro designa-se de *Coelala*, local que simboliza a resistência dos moçambicanos contra a ocupação colonial onde se travou a batalha entre os guerreiros moçambicanos liderados pelo Rei Ngungunyane, e os portugueses a 07 de Novembro de 1885, tendo, os portugueses, vencido devido a sua superioridade militar. O segundo designa-se de *Nwadjahane*, que corresponde à região onde se encontra a residência de Eduardo Chivambo Mondlane, primeiro presidente do partido FRELIMO. Construída em 1960, a moradia rústica e casa foram, em Abril de 2007, revitalizadas sob orientação do Partido FRELIMO. Actualmente, constitui um complexo de museu ao ar livre, integrando um cemitério familiar, uma biblioteca e um monumento comemorativo (Portal do Governo de Moçambique, 2017).

Imagem 2: Edifício do Conselho Municipal de Manjacaze e a Praça Municipal.



Fonte: Autor, 2022.

Manjacaze desde 1998 é um município com governo local eleito. Os limites geográficos são apresentados na tabela a seguir:

Tabela 3: Limites geográficos do distrito de Manjacaze

Distrito	Manjacaze
-----------------	------------------

	Norte	Sul	Este	Oeste
Limites	Distrito de Panda da província de Inhambane.	Oceâno Índico	Província de Inhambane (Panda, Inharrime e Zavala)	Distrito do Chibuto e Xai-Xai

Fonte: Ministério da Administração Estatal (MAE, 2012).

Manjacaze tem um perfil económico baseado em actividades agro-pecuárias, pesqueiras, comerciais e turísticas. Os postos administrativos de Mazucane e Nguzene, até então parte deste distrito, foram transferidos para o recém-criado distrito de Chongoene na reforma administrativa de 2016.

Como é comum na Província de Gaza e no País em geral, o distrito de Mandlakazi apresenta uma proporção maior de mulheres (55,7%) relativamente aos homens (44,3%). A população é essencialmente jovem, com mais de 74,4% dos habitantes enquadrando-se na faixa etária abaixo dos 36 anos. Os grupos etnolinguísticos predominantes no Distrito de Mandlakazi são o Changana e Chope.

Este distrito é caracterizado pela presença de duas línguas distintas, o *Xichangana* e o *Xichope*. O distrito de Mandlakazi encontra-se dividido em sete (7) postos administrativos com as suas respectivas localidades, conforme indicado na Tabela 4.

Tabela 4: Divisão Administrativa do Distrito de Mandlakazi

Posto Administrativo	Localidades
Mandlakazi – Sede	Mandlakazi – Sede
Chibonzane	Chibonzane – Sede Panjuane
Chidenguele	Chidenguele – Sede Betula Massango
Macuacua	Macuacua – Sede Chitalanhane

Mazucane	Mazucane – Sede Chicavane Cumbane
Nguzene	Nguzene – Sede Chicuanze Magunze
Xhalala	Xhalala – Sede Mussengue

Fonte: Administração do Distrito de Mandlakazi (2012).

5.1.2. Estrutura orgânica

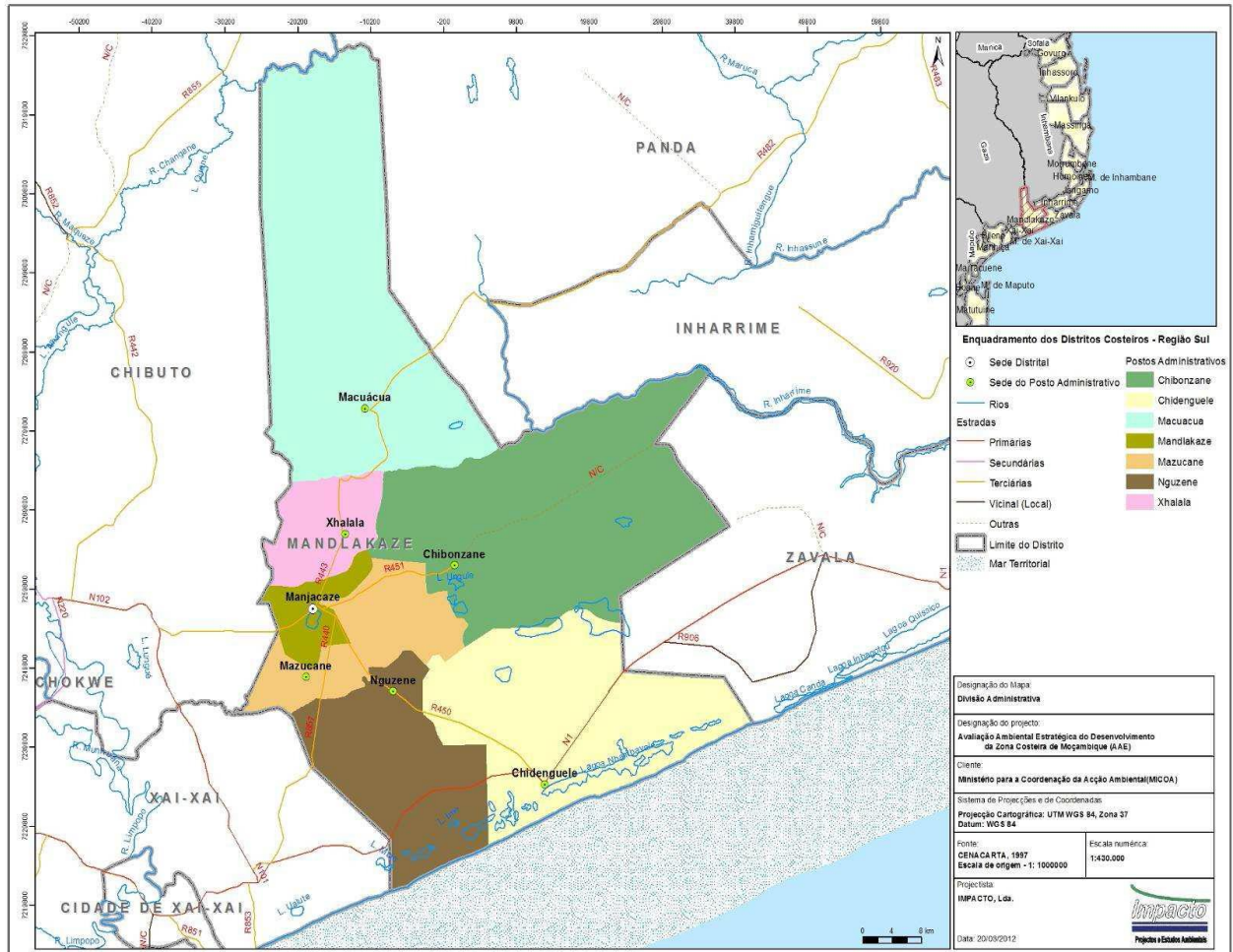
O Município de Mandlakazi é constituído pelos seguintes órgãos: Assembleia Municipal, Presidente do Conselho Municipal e Conselho Municipal de Mandlakazi.

O Conselho Municipal é liderado pelo Presidente (como órgão executivo) e constitui o órgão executivo colegial, com as seguintes vereações:

- Administração e Finanças, onde encontramos as seguintes secções: Finanças, Recursos Humanos, Património, Secretaria-geral.
- Construção, Urbanização, Águas e Saneamento, onde se encontram as secções de Urbanização e Infra-estrutura, Saneamento do Meio e Água.
- Educação, Juventude, Cultura, Turismo, Desporto e Tempos Livres, onde se evidenciam as secções de Educação e Juventude, Desporto e Cultura, Turismo e Tempos Livres.
- Acção Social, Género, Criança, Saúde, Assuntos Religiosos e Cemitérios, onde se destacam as seguintes áreas: Mulher e Acção Social, Género, Criança e Saúde, Assuntos Religiosos e Cemitérios.
- Na vereação das Actividades Económicas, Indústria, Comércio, Transporte e Comunicação, Energia, Agricultura, Mercados e Feiras, destacando-se áreas como Licenças de Feiras e Mercados, Indústria, Comércio, Transporte e Comunicação, Agricultura.
- Desenvolvimento Institucional, Planificação, Fiscalização, Cooperação e Assuntos Jurídicos, onde destacam-se áreas como Planificação Institucional e Cooperação, Assuntos de Fiscalização e Jurídicos. A estes junta-se ainda a Polícia Municipal.

No município de Manjacaze, o primeiro presidente do conselho municipal foi Casimiro Mondlane eleito em 1998 e reeleito em 2003 depois sucedido por Maria Helena Langa, eleita em 2008, uma mulher que até hoje ainda se encontra na presidência do Conselho Municipal de Manjacaze, e que actualmente cumpre o seu terceiro mandato.

Figura 2: Mapa, ilustrando a Localização do distrito de Manjacaze



Fonte: Ministério da Administração Estatal (MAE, 2012).

5.2. Perfil socioeconómico das edis dos Municípios de Xai-Xai e Manjacaze

Interessa-nos, na presente secção, traçar o perfil das duas mulheres que conseguiram ascender às presidências municipais de Xai-Xai e Manjacaze, nomeadamente Rita Muianga e Maria Helena Langa. O objectivo consiste em clarificar algumas variáveis e colocar alguns depoimentos pessoais das edis.

Em termos de faixa etária, a Rita Muianga tem 67 anos e a Maria Helena Langa tem 55 anos idade. Ao longo da sua militância partidária as duas edis ocuparam vários cargos com destaque para presidente da Assembleia Municipal (PAM), líder da organização da mulher Moçambicana (OMM), secretariado e área para a vereação municipal. No que concerne ao estado civil, as duas edis são viúvas, no entanto na altura da sua ascensão à presidência municipal os seus cônjuges estavam ainda em vida.

No que concerne ao nível académico, a Rita Muianga fez 5º ano de liceu, assim designado no tempo colonial, e actualmente correspondente ao ensino primário. Já a Maria Helena Langa tem ensino superior completo, e actualmente está a seguir os seus estudos ao nível da pós-graduação. Se tivermos em conta a situação da Rita Muianga pode-se afirmar que o nível académico não tem sido um elemento imprescindível para a ocupação de cargos de exercício de poder, como as de presidência municipal. Ademais, esta realidade é confirmada por Osório (2013) quando constatou que nas eleições autárquicas de 2009, em alguns partidos políticos como PARENA e NATURMA, não concorreram candidatos com ensino superior completo. Este facto demonstra que não se pode afirmar categoricamente que, pessoas menos instruídas não tenham possibilidades de assumir cargos relevantes no campo político.

Em termos profissionais as duas edis para além de serem funcionárias públicas, antes e durante a sua governação, exerceram outras profissões. Por exemplo, a Rita Muianga foi funcionária bancária antes de ingressar na vida política, mas em resposta a solicitação feita por um membro do partido FRELIMO, aceitou fazer parte da OMM e, assim começou a vida activa na política.

Outrossim, para além de ter exercido a profissão de funcionária bancária, Rita Muianga exerceu e até hoje exerce actividades ligadas a agro-pecuária, possui vários hectares de terra e possui igualmente animais designados para o pasto, sendo que o resultado advindo dessas actividades permite-lhe ter uma considerável musculatura ao nível do comércio local.

No caso da Maria Helena Langa, desde 1997 sempre esteve envolvida no associativismo, de tal forma que ao nível do distrito de Manjacaze criou a associação Muchefa². As suas actividades como activista social visam emponderar as mulheres através de práticas economicamente rentáveis, como por exemplo, as ligadas a corte e costura, e prática da agricultura, entre outras.

² Esta associação denomina-se mulheres chefes de família.

Ao longo de sua infância e do processo de socialização, tanto a Rita Muianga, assim como a Maria Helena Langa afirmaram não ter havido um tratamento desigual em termos de género em suas próprias famílias, ou seja, a divisão dos papéis entre homens e mulheres nunca fora rígida ao ponto de se dizer que existiam ocupações específicas para mulheres e outras específicas para homens. A propósito disso os depoimentos das edis são ilustrativos nesse sentido:

*O meu pai era mecânico, e tinha uma oficina onde tanto homens assim como mulheres de casa trabalhavam, da mesma maneira que os meus irmãos entregavam as chaves para apertar ou desapertar as peças do carro é da mesma forma como eu também o fazia. Os meus irmãos são tão bons de cozinha tanto quanto eu (...)*³.

*Em minha casa tanto homem, assim como mulher iam tirar água na fontenária, não havia a ideia de que isto, o homem pode fazer e a mulher não (...)*⁴.

Estes depoimentos realçam um dos pontos muito defendidos por Osório (2018), sobre a necessidade de haver uma articulação entre o espaço público e privado, com o objectivo de não perpetuar as desigualdades de género na esfera pública, particularmente na esfera política, ou seja, é necessário trazer no espaço público o debate sobre as desigualdades ou conquistas que as mulheres estão sujeitas na esfera doméstica, de modo a não criar a sensação de que no espaço público ultrapassaram-se as desigualdades de género, enquanto estas, se mantêm na esfera privada.

5.3. Participação política das mulheres nas autarquias de Xai-Xai e Manjacaze

A participação política das mulheres tem vindo a ser aclamada por vários segmentos da sociedade, por um lado, por se considerar como uma forma de exercício de cidadania e por outro lado, como um mecanismo de garantir a inclusão das mulheres que, historicamente foram associadas como um grupo socialmente marginalizado em assuntos de carácter político.

A luta das sufragistas, cujo tempo emblemático foi a Revolução Francesa, constituiu o primeiro momento visível e organizado de reivindicação feminina para a participação política das mulheres, sendo que, apenas dois séculos mais tarde (1944), viram esse direito consagrado (Osório, 2015).

³ Depoimento concedido pela Maria Helena Langa, actual presidente do conselho municipal de Manjacaze (Novembro, 2022).

⁴ Depoimento concedido pela Rita Muianga ex-presidente do conselho municipal de Xai-Xai (Outubro, 2022).

Contudo, foi com os diversos movimentos feministas que surgiram a partir dos anos 60-70 que vários actores começaram a vincar a necessidade de subverter o sistema de dominação patriarcal presente em diversas esferas da sociedade e dar maior visibilidade a mulher, com o objectivo de garantir que esta assumisse por si os destinos de sua vida. Dentro deste contexto, vários documentos de carácter nacional e internacional foram ratificados para dar respaldo aos direitos das mulheres, e para garantir sua efectiva participação na sociedade.

Ao nível internacional o destaque vai para os actuais Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) que no seu objetivo #5 falam sobre as questões de género visando alcançar a igualdade de género, e o emponderamento de todas as mulheres para que em termos práticos tanto homens, assim como mulheres, tenham acesso aos mesmos direitos e oportunidades.

Ao nível nacional, encontramos alguns documentos como a Constituição da República de Moçambique (CRP), o plano Quinquenal do Governo (PQG) 2020-2024, que definem um conjunto de acções visando a protecção dos direitos das mulheres, tendo como um dos objectivos estratégicos “promover a equidade de género através da elevação do estatuto da mulher e da sua participação na vida política, económica e social do país (Osório, 2013).

No que respeita aos dispositivos que regulam o processo de descentralização, destacam-se a Lei nr. 8/2003 e o Guião sobre a Organização e funcionamento dos Conselhos Locais, que garantem a participação de pelo menos 30% de mulheres (Osório, 2013). Devido ao crescente interesse pela participação política das mulheres e não só, a descentralização tem sido vista como uma das estratégias de governação capaz de garantir o envolvimento de diversos segmentos da sociedade, em questões de desenvolvimento municipal.

Contudo, convém ressaltar que a participação implica um processo em que os indivíduos se sintam parte ou inclusos no processo de tomada de decisão, e não apenas espectadores que transferem essa prerrogativa apenas para o governo, ou seja, o que se busca é uma participação efectiva que recupere a essência do sistema democrático (Bordinave, 1983).

Do trabalho de campo efectuado nos distritos de Xai-Xai e Manjacaze, vários entrevistados afirmaram que a participação política das mulheres tem vindo a conhecer um significativo avanço nesses distritos municipais. Os depoimentos a seguir testificam essa realidade:

*Me sinto feliz com a actual participação política das mulheres porque agora sinto que elas têm voz, por exemplo, se formos a organizar uma reunião ao nível dos Bairros ou comícios populares veremos que a maior participação será de mulheres (...)*⁵

*As mulheres numa maneira geral já começaram a participar na política e em processos de tomada de decisão. Entretanto, essa participação ainda não é efectiva (...) Estamos a ter mulheres a participarem de maneira quantitativa e não de maneira qualitativa (...)*⁶

*Do ponto de vista histórico e olhando para as nossas condições locais podemos dizer que estamos a registar um grande avanço no que concerne a participação política das mulheres (...) se formos a fazer a avaliação tendo em conta as orientações das agendas internacionais podemos ter a sensação de não termos progredido muito (...)*⁷

Duma forma geral, as mulheres tanto no município de Xai-Xai, quanto no município de Manjacaze têm-se envolvido em várias actividades de carácter político, tais como reuniões, comícios, diversas manifestações artísticas e não só. Entretanto, é preciso salientar que a participação que se pretende com o processo de descentralização, é aquela em que as mulheres e os cidadãos em geral sejam capazes de interpelar de maneira consistente a formulação e implementação de políticas públicas locais.

Esta colocação nos leva igualmente para a consideração dos níveis de participação, devido a necessidade de fazer com que os cidadãos transitem numa participação passiva, formal e abstrata para um nível em que tenham maior protagonismo e que lhes permita estarem mais envolvidos em questões locais que também lhes dizem respeito.

Quando alguns entrevistados enaltecem a participação política das mulheres olhando para o seu envolvimento em reuniões dos bairros e comícios populares, a pesar disso ser algo importante, não pode se interpretar a priori como sinal de participação activa, em que haja interpelação das várias políticas que orientam os destinos dos municípios. Uma participação activa tem que ser um processo através do qual diversas camadas sociais, incluindo as próprias mulheres, tenham parte na concepção, gestão e usufruto de políticas e bens produzidos localmente. Este tipo de participação é que permite

⁵ Entrevista concedida pela vereadora municipal de Manjacaze (Novembro, 2022).

⁶ Entrevista concedida pelo representante da ONU-Mulheres em Xai-Xai (Outubro, 2022)

⁷ Entrevista concedida pelo Director do STAE em Manjacaze (Novembro, 2022)

inverter a perspectiva *top down* e adoptar uma abordagem mais do tipo *bottom up* que permite maior descentralização das decisões na busca pela solução dos problemas que enfermam as comunidades.

Entretanto, um outro dado importante tem a ver com a posição que as mulheres ocupam na estrutura política ao nível das autarquias, particularmente nos centros de tomada de decisão. Por exemplo, as mulheres que estão distantes dos centros de poder dificilmente terão capacidade em dizer algo que influencie politicamente ao nível local. A título ilustrativo nos distritos de Xai-Xai e Manjacaze, a participação política das mulheres está em formato duma pirâmide, em que ao nível da base, encontramos muitas mulheres a participarem em comícios, reuniões dos bairros, caravanas, entre outros. Todavia, quando evoluímos para posições de tomada de decisão a sua participação reduz drasticamente. Na sequência apresentamos alguns depoimentos que recuperam a colocação feita anteriormente:

*Em termos de participação política das mulheres estamos no bom caminho, mas ainda temos muito por fazer (...) o partido FRELIMO até procura respeitar a representatividade ao nível do parlamento, mas ainda não passou dos 40%, o que mostra que existe ainda um desafio. A RENAMO está abaixo dessa percentagem e o MDM, não tem nem sequer uma mulher (...)*⁸

*As mulheres têm vindo a melhorar a sua participação política, por exemplo, na 1ª legislatura não tínhamos nenhuma mulher como presidente do município, na 2ª legislatura já conseguimos ter uma mulher, na 3ª e na 4ª legislatura subimos um pouco o número, de tal forma que nessa última legislatura tivemos seis (06) mulheres como presidentes dos conselhos municipais (...)*⁹

*As mulheres estão a participar e já existe abertura para isso. Entretanto, algumas práticas culturais continuam a constituir um obstáculo para esse processo (...)*¹⁰

Em função dos dados apresentados, como diz Osório (2013) há que entender que a participação feminina nas autarquias não tem apenas que ver com o estabelecimento de paridade, mas com uma gestão mais eficaz dos recursos e uma maior contribuição para a governação local, ou seja, com a criação de oportunidades que permitam o acesso e o exercício do poder. Isso não levaria

⁸ Entrevista concedida pela vereadora do distrito Municipal de Manjacaze (Novembro, 2022)

⁹ Depoimento concedido pela presidente do Conselho Municipal de Manjacaze (Novembro, 2022)

¹⁰ Entrevista concedida por um membro duma organização da sociedade Civil-Activa (Outubro, 2022).

necessariamente a apropriação pelas mulheres de um domínio que por muito tempo foi considerado exclusivo dos homens, mas sim, poderia de alguma forma subverter a estrutura de poder que impregna as relações sociais de género, ou seja, não significaria transferir as competências e o poder dos homens para as mulheres, mas produzir uma nova maneira de conceber e de exercer a acção política.

Portanto, ao se incentivar a participação política das mulheres haverá maior possibilidade delas se envolverem nos processos de tomada de decisão. Para o efeito, é importante estabelecer e efectivar cada vez mais os órgãos consultivos que, valorizem e materializem as várias opiniões das mulheres para que haja uma consistente participação política e por conseguinte, maior inclusão social que recupere os pressupostos da descentralização e do sistema democrático.

5.4. O lugar dos factores socioculturais na participação política das mulheres

No processo de participação política das mulheres um dos aspectos que tem sido levantados tem a ver com a existência de alguns factores socioculturais que condicionam o envolvimento das mulheres na arena pública. Por isso, na presente secção buscamos analisar até que ponto os aspectos culturais têm influenciado na participação política das mulheres nos distritos de Xai-Xai e Manjacaze.

A literatura existente sobre a participação política das mulheres, frequentemente salienta o patriarcado como um sistema prevalecente na sociedade moçambicana que coloca uma divisão “rígida” de papéis sociais que confere vantagens ao homem em relação a mulher em termos de presença no espaço público. Esta realidade é asseverada pelos múltiplos papéis que a mulher tem ao nível da família, através da execução de várias tarefas domésticas. Ademais, práticas sociais como ritos de iniciação, violência baseado no género e algumas crenças religiosas têm sido associadas como aspectos que limitam a participação política das mulheres (Osório e Macuácuá, 2015; Nyamuzuwe, S/d; Vidal, 2017).

Os dados recolhidos no trabalho de campo realizado em Xai-Xai e Manjacaze mostraram que existe uma fraca influência dos factores culturais no que concerne a participação política das mulheres ao nível local. Naturalmente, os aspectos culturais não devem ser ignorados ou banalizados na análise de assuntos políticos, mas sim, é importante considerá-los como elementos contingenciais que devem ser vistos e analisados dum contexto para o outro.

Ao nível do imaginário colectivo sempre existiu a ideia de que a província de Gaza tem uma forte tradição machista. Esta é uma percepção que também foi confirmada pela actual governadora da província de Gaza, Margarida Mapanzene Chongo numa entrevista concedida ao Jornal notícias. Nesta entrevista a Governadora, afirmou o seguinte: “*Tornou-se comum associar Gaza ao machismo (...)*”¹¹

A colocação feita pela Governadora surge no contexto da linhagem patriarcal vigente na zona sul de Moçambique, que acaba trazendo algumas ideias deterministas e até preconceituosas sobre a não participação da mulher na política e na sociedade. Entretanto, nas entrevistas que realizamos constatámos que não obstante a existência de algumas práticas culturais, as mulheres das autarquias de Xai-Xai e Manjacaze não vivenciam um expressivo constrangimento cultural que bloqueie a sua participação na arena pública.

As dinâmicas actuais, trazidas pela defesa dos sistemas democráticos, como a liberdade de expressão, o direito de eleger e de ser eleito, os processos de descentralização cujo intuito consiste em incluir vários grupos sociais, a influência dos movimentos feministas, conferiram a sociedade moçambicana, uma outra forma de abordar a participação política das mulheres e demais grupos sociais que historicamente foram marginalizados. Fruto dessas transformações, algumas práticas culturais de carácter autoritário e excludentes foram expressivamente abalados, conforme se pode constatar nos depoimentos a seguir:

*Os números referentes à presença da mulher em posições de tomada de decisão provam que a província de Gaza não é machista, por exemplo, a Assembleia Municipal tem 82 membros, 36 são mulheres (...) e também, das autarquias existentes na província de Gaza duas são dirigidas por mulheres e dos 14 distritos existentes, três estão nas mãos de mulheres (...)*¹²

*Não sentimos que existam práticas culturais que impeçam a participação da mulher, hoje, em Xai-Xai temos mulheres em todas as áreas, algumas como nós estão na política, outras em número significativo estão nos mercados e outras em empresas públicas e privadas (...)*¹³

*Em Manjacaze não sentimos o peso do patriarcado como prática cultural que dificulta a participação da mulher na sociedade. Podemos não ter ultrapassado isso completamente, mas já não é muito forte (...)*¹⁴

¹¹ Entrevista concedida pela Governadora da Província de Gaza ao Jornal Notícias no dia 06.11.2020, pág. 02, Edição, nº 31.

¹² Entrevista concedida pela governadora da província de Gaza.

¹³ Entrevista concedida pelos membros da Assembleia Municipal de Xai-Xai (Outubro, 2022).

¹⁴ Entrevista concedida pelo membro da associação Txavelelo em Manjacaze (Novembro, 2022).

A partir das falas dos nossos entrevistados percebe-se que a mulher tem vindo a progredir em termos da sua participação tanto na política, quanto em várias outras esferas da sociedade. Contudo, o argumento segundo o qual o patriarcado continua a tornar difícil o acesso das mulheres no espaço público, precisa ser colocado de forma menos categórico, porque em função dos dados recolhidos no terreno percebe-se que efectivamente existe uma abertura para o envolvimento das mulheres em vários segmentos da sociedade. Ainda que o patriarcado e outras práticas culturais como a violência baseada no género não tenham sido erradicadas e por essa via, constituam um entrave para a participação das mulheres na política, ao nível dos distritos municipais de Xai-Xai e Manjacaze o papel dessas práticas não é determinante e a sua manifestação é mais latente do que expressamente manifesta.

Como nos foi dito por alguns interlocutores, uma das formas de perceber a existência latente do patriarcado nota-se quando em reuniões as mulheres dão protagonismo aos homens para que estes sejam os primeiros a falarem. Ou quando existem comentários como *“estamos cansados de ser governados por uma mulher agora queremos um homem no poder...”* Esta forma de pensar demonstra de alguma forma a vigência do sentimento patriarcal no imaginário colectivo de alguns indivíduos.

Como observou Nipassa (2020), não se pode negar a influência, a força e as consequências da ideologia da dominação masculina analisada com detalhe por Pierre Bourdieu, e observada no quotidiano moçambicano. Entretanto, há que ter cautela com o que Touraine designou como sendo o “Mito da Dominação Masculina” e procurar analisar a própria diversidade existente no mundo das mulheres, com o objectivo de fugir de uma representação de uma vida social reduzida aos efeitos de uma dominação radical que torna impossível a formação de actores sociais.

Portanto, que as mulheres e demais actores sociais interessados utilizem o quadro normativo existente, assim como os vários documentos ratificados em prol do género e a influência dos movimentos feministas para se imporem enquanto mulheres e usem a actual abertura política ao seu favor. O expectável é que as mulheres realçam as suas valências demonstrando as suas capacidades na governação de modo a vencer qualquer machismo e todo tipo de estereótipos, para que consigam igualmente renovar e aprofundar o sistema democrático.

5.5. Das alianças políticas às disputas, negociações e afirmação de si como factores de ascensão às Presidências Municipais

Nesta secção exploramos os factores que contribuíram para a ascensão política da Rita Muianga e Maria Helena Langa, aos cargos de presidências municipais. Partindo duma perspectiva subjectiva que recupera a noção de sujeito em Alain Touraine (2008) resgatamos e exploramos as experiências das edis de Xai-Xai e Manjacaze demonstrando que o poder autárquico estabeleceu uma forte possibilidade para que elas exerçam o poder político como um direito e como forma de elevar a consciência de género. Na linha de pensamento de Touraine (2008), quando as mulheres buscam se afirmar como sujeitos protestando contra um sistema dominante que queira lhes empurrar para uma situação de continuarem a ser taxadas como dependentes, consigam se impor na arena pública e defendam melhor os seus direitos.

Como afirma Osório (2013), o processo de municipalização ao objectivar potencializar e melhorar a prestação de serviços em que as mulheres encontram-se directamente implicadas, torna-se um processo atractivo para as mulheres tanto como eleitoras, assim como candidatas à cargos de eleição municipal. E o facto de ter algumas mulheres em cargos de presidência municipal, numa perspectiva de sujeito, é um sinal de libertação ainda que exista muito mais por se fazer no campo da emancipação e/ou empoderamento da mulher.

No contexto do trabalho de campo realizado, constatamos que as edis de Xai-Xai e Manjacaze na luta política que desenvolveram, buscaram afirmaram-se como sujeitos nesse campo, candidataram-se as presidências municipais e com um forte apoio popular conseguiram ascender as presidências dos conselhos municipais, conforme relatado em alguns depoimentos:

*Antes de me tornar presidente do distrito de Manjacaze, fui conhecida pelos meus trabalhos em prol da comunidade como activista social desde 1997, ano em que criei a associação “Mucheфа” que até hoje realiza actividades em prol do empoderamento da mulher (...)*¹⁵

¹⁵ Depoimento concedido por Maria Helena Langa (Actual presidente do Conselho Municipal de Manjacaze, Novembro, 2022).

*Quando me tornei presidente do conselho municipal de Xai-Xai recebi muito apoio por parte da OMM que é um grupo de onde saí (...) e do trabalho realizado, na legislatura a seguir não tive problemas porque a população nessa altura pedia pela governação duma mulher (...)*¹⁶

Segundo os depoimentos apresentados, nota-se que um dos aspectos fundamentais para que Rita Muianga e Maria Helena Langa ascendessem as presidências municipais, terá sido o facto de não serem figuras socialmente contestadas, mas antes, figuras que granjeiam simpatia e que recebem um grande apoio popular. Esse apoio é alcançado na base de homologia de posições ou seja, numa situação em que agentes políticos formam alianças com indivíduos que supostamente encontram-se numa posição relativamente inferior, com a intenção de obter da parte destes, um apoio na conquista do poder político. Porém, uma vez que essas alianças implicam uma interacção entre os envolvidos na execução duma determinada acção conjunta, achamos interessante adaptar a noção de homologia de posições para homologia de disposição.

Outrossim, estas alianças devem ser vistas numa situação em que mesmo havendo alguma diferença em termos de posições sociais entre agentes políticos e a população no geral, se encontre e se promova alguma “identidade comum” para que os indivíduos consigam ver alguma possibilidade de mudança social.

Neste sentido, percebe-se que a vitória política passa por ter reconhecimento e aceitação social e pela capacidade de mostrar alguma identidade comum com a população face aos problemas vivenciados. Nesse aspecto, as mulheres dando exemplos de si, podem mostrar a necessidade em se promover uma governação inclusiva que aglutine vários extractos sociais na busca pelas soluções locais. Esta realidade mostra que o campo político é permeado por lutas e alianças frequentes, onde os agentes políticos devem utilizar os melhores capitais no sentido de serem bem-sucedidos.

Um outro aspecto que deve ser salientado é o processo observado ao nível partidário até chegar a um cargo de presidência municipal. Por exemplo, no caso da Rita Muianga e Maria Helena Langa foram mulheres que cumpriram por longos anos um “ritual e uma disciplina partidária” que passa em primeiro lugar, por ser membro dum determinado partido político e por demonstrar capacidade nas várias funções que lhe vão sendo confiadas ao longo do tempo. Entretanto, as edis sublinharam que o facto de pertencer a um partido político específico, não significa que os cargos de presidência

¹⁶ Depoimento concedido por Rita Muianga (Presidente do Conselho Municipal de Xai-Xai, Outubro, 2022).

municipal resultem de simples indicação ou benevolência partidária, conforme atestam os seguintes depoimentos:

Venho duma instituição privada, concretamente do então Banco Nacional Ultramarino. Lá tanto homens assim como mulheres trabalhavam de igual forma, o que contava eram as capacidades de cada um (...) quando entrei no partido FRELIMO foi com o mesmo espírito, fui secretária para a área das finanças, fui líder da OMM, fui presidente da assembleia municipal e depois consegui estar na presidência do conselho municipal de Xai-Xai (...)¹⁷

Para além de ser activista social desde 1997, sou comerciante, licenciada em gestão de empresa, no partido fui presidente da assembleia municipal, vereadora e agora sou presidente do conselho municipal (...)¹⁸

As palavras das edis revelam que para além do apoio popular, um outro aspecto relevante para a sua ascensão é o percurso realizado ao nível partidário, para que sejam vista como as melhores candidatas possíveis. As edis ressaltam que não alcançaram a presidência somente por serem mulheres ou por uma preocupação do partido em responder satisfatoriamente, com as agendas internacionais ligadas a equidade de género. Sem descartar a importância que o partido tem no processo, enfatizam que é preciso estabelecer uma diferença entre cargos de nomeação e cargos para a eleição. Se no cargo por nomeação, o poder lhe é conferido pelo seu titular, no cargo de eleição o que mais conta são os votos que por sinal começam ao nível da base do partido até a votação popular.

Neste sentido, é importante não interpretar a priori a ascensão das mulheres nos poderes autárquicos como mero sinal de formalismo ou cumprimento de agendas internacionais ou mesmo benevolência partidária, mas sim, é preciso equacionar o anseio das próprias mulheres em fazer parte do campo político e em participar nos processos de tomada de decisão.

Outro aspecto a ser levado em consideração é o procedimento que defende que ao se aproximar o escrutínio eleitoral, deve se apresentar as candidaturas ao nível dos bairros e círculos eleitorais, onde de lá, já se inicia a votação que vai até ao nível distrital, donde sairá o candidato que concorrerá com os outros opositores de partidos diferentes. Nesse caso vertente, o sistema de quotas também não tem muita expressão para a acessão às presidências municipais, por se tratar de cargos para eleição,

¹⁷ Depoimento concedido pela Rita Muianga (Outubro, 2022)

¹⁸ Depoimento concedido pela Maria Helana Langa (Novembro, 2022)

diferentemente do que se assiste por exemplos, em cargos para a composição da Assembleia Municipal.

Uma outra questão que tem surgido com frequência e que é motivo de preocupação para vários autores (Osório, 2019; Kaberg, 2015; Alvarez, 2000; Bonneti, 2003), consiste em saber se as mulheres que conseguem estar nas presidências municipais tomam ou não em consideração uma consciência feminista que defenda os direitos humanos das mulheres e por conseguinte, liberte aquelas que ainda se encontram numa grande ambivalência entre o espaço público e privado.

Relativamente a essa questão as edis de Xai-Xai e Manjacaze afirmaram-nos que da mesma forma que elas buscam se impor como mulheres, lutando pelos seus direitos e mostrando que podem estar no campo político a ombrear de igual modo com os homens, elas tem incentivado outras mulheres a defenderem os seus direitos e a se desfazerem das amarras culturais que eventualmente queiram constituir-se como barreiras na busca pela sua libertação. Estas colocações são igualmente fundamentadas pelos seguintes depoimento:

Eu, Maria Helena Langa, apostei na equidade de género desde o primeiro mandato da minha governação os meus vereadores eram 50% mulheres e 50% homens. Hoje, temos em Manjacaze o fórum municipal da mulher, que é um espaço onde as mulhres colocam as suas preocupações, nós fazemos a auscultação e desenvolvemos acções que permitam promover o empoderamento da mulher (...)¹⁹

A ideia de que as mulheres quando estão no poder não defendem os direitos das outras não constitui a verdade (...) o que se deve perceber é que as mulheres quando estão no poder representam os interesses de vários grupos sociais que pertencem ao município como um todo (...) e também elas tem um plano de governação que devem cumprir, e esse plano não envolve apenas as mulheres (...)²⁰

Estas colocações revelam que as edis de Xai-Xai e Manjacaze tem desenvolvido algumas acções específicas em prol da mulher. Possivelmente os níveis de satisfação não correspondam as expectativas das várias Organizações da Sociedade Civil (OSC) e dos vários grupos sociais que esperam ver mudanças significativas nessa matéria. Contudo, nos parece um pouco exagerado avançar

¹⁹ Depoimento concedido pela Maria Helena Langa (Novembro, 2022)

²⁰ Entrevista concedida pelos membros da assembleia municipal de Xai-Xai (Outubro, 2022)

afirmações categóricas como se verificam nos escritos de (Osório, 2019; Kaberg, 2015; Alvarez, 2000; Bonneti, 2003) ao defenderem que nos casos em que as mulheres conseguem ascender a cargos políticos na elite governativa, estas não tem desenvolvido acções no sentido de procurarem assegurar a igualdade de género e por conseguinte, os direitos humanos das mulheres nestes espaços.

Ademais, a edil de Xai-Xai devido a sua preocupação em envolver as mulheres, no decurso do seu mandato conseguiu angariar alguns prémios internacionais em consequência do trabalho realizado no âmbito do emponderamnto da mulher.

Imagem 3: Prémios conquistados por Rita Muianga, no âmbito do seu engajamento em prol da igualdade de género.



Fonte: Autor (2022).

Estes prémios, fruto do reconhecimento do governo Sul-Africano devido ao envolvimento da Rita Muianga em matérias de género, prova que ao longo da sua governação enquanto presidente do Conselho Municipal de Xai-Xai, ela não focou-se apenas em demonstrar a sua lealdade e obediência partidária, mas desenvolveu algumas acções que lhe valeram algum destaque no contexto internacional.

Portanto, assim como ficou reconhecido pelas edis de Xai-Xai e Manjacaze, e pelos membros das OSC e demais interlocutores, o empoderamento da mulher é um processo que exige esforços de diversos intervenientes para a sua efectivação. Contudo, na lógica de Touraine (2008) é preciso realçar e

destacar algumas vitórias alcançadas na busca pela conquista dos direitos das mulheres de modo a não atrofiar as experiências daquelas que já conseguiram se afirmar como sujeitos em suas lutas.

5.6. Contribuição das edis de Xai-Xai e Manjacaze no processo de desenvolvimento comunitário

Devido a situação de pobreza à que muitos municípios estão voltados, a participação das mulheres no desenvolvimento comunitário tem assumido mais destaque pela necessidade de efectivar o processo democrático e de incluir as suas visões e lógicas de acção na busca pelo bem-estar de todos os seguimentos da sociedade. Nesta ordem de ideias, o desenvolvimento comunitário deve jogar a favor duma maior e efectiva incorporação dos diversos actores com capacidades de operarem transformações ao nível local (Francisco, 2007; Maxlhaeie e Viera, 2019).

Em praticamente todos os municípios, com destaque para Xai-Xai e Manjacaze a situação de pobreza é prevacente e muitos munícipes continuam a lidar com problemas ligados a fome que, afecta várias famílias e comunidades; a habitação defeituosa que mantém os indivíduos em situação de vulnerabilidade; as doenças que impossibilitam os indivíduos de proverem por si, suas necessidades de subsistência; o analfabetismo que limita as oportunidades de acesso à informação; rede de infra-estruturas incipiente; baixa qualidade de serviços públicos; estradas esburacadas; morosidade na conclusão das obras em construção; rede de abastecimento de água limitada; lixo em vários pontos da cidade, agravado pela dificuldade do município em termos de meios para a sua recolha; registos de casos de criminalidade, em parte, aliada à falta de iluminação pública em algumas artérias da cidade; desemprego que afecta boa parte da juventude e impossibilita a capacidade de oferecerem para si e sua família condições mínimas de subsistência.

Deste inventário, em que apresentamos vários constrangimentos enfrentados pelos munícipes, no contexto da governação local decorre a necessidade de perceber que a pobreza é um fenómeno complexo e multidimensional²¹.

Por exemplo, nos livros de René Dumont (1962) e David Landes (2005), com os títulos: “A África Começa Mal e “A Riqueza e a Pobreza das Nações: Por que são algumas tão Ricas e outras tão Pobres” respectivamente encontramos uma vasta análise de cunho interdisciplinar que descreve como os

²¹ Sobre o paradigma da complexidade ver Edgar Morin (2008).

factores geográficos, políticos, sociais, económicos, históricos, culturais, religiosos, psicológicos, demográficos e geológicos contribuem para a situação de pobreza de muitas nações africanas. Por conseguinte, como forma de consubstanciar a colocação destes autores, assim como de ilustrar alguns constrangimentos que foram enfrentados pelas edis de Xai-Xai e Manjacaze e que continuam actuais, destacamos os principais desafios que na óptica dos entrevistados contribuem para o quadro de pobreza nestes municípios.

5.6.1. Desafios geográficos

No município de Xai-Xai um dos grandes problemas aliados ao factor geográfico e que condiciona o desenvolvimento desta autarquia tem a ver com as cheias e inundações Urbanas. Este fenómeno afecta a vida dos munícipes, na medida em que, os que se dedicam a prática da agricultura frequentemente perdem as suas culturas, outros são obrigados a ter que procurarem abrigos mais seguros em função das inundações que atingem as suas residências. Ademais esta realidade condiciona a circulação dos transeuntes, bem como a prática do comércio e demais actividades desenvolvidas pelos munícipes daquela autarquia. No âmbito do trabalho de campo efectuado na cidade de Xai-Xai, numa entrevista concedida pelo actual presidente do município (PM), quando questionado sobre os principais desafios desta urbe nos ofereceu o seguinte depoimento:

*No município de Xai-Xai existem muitos desafios. Mas um dos principais tem a ver com o facto de Xai-Xai estar localizada na planície de Limpopo e por isso exposto a situação de Cheias e inundações (...)*²²

Esta realidade é agravada pelo facto de Xai-Xai carecer de infra-estruturas de drenagem de águas pluviais. Entretanto, este problema não afecta significativamente o município de Manjacaze, ainda que se registre em tempo chuvoso algumas inundações em regiões mais baixas da vila. Porém das entrevistas realizadas, os munícipes de Manjacaze ressaltaram o problema da estiagem como sendo um dos principais constrangimentos que afecta a sua produção agrícola e por conseguinte, o processo de desenvolvimento local. Nas suas próprias palavras afirmam:

*O desafio que temos é com a seca, podemos trabalhar muito bem nas machambas e no final não ter uma boa produção devido ao clima quente (...)*²³

²² Depoimento concedido pelo presidente do município de Xai-Xai (Outubro de 2022).

²³ Entrevista concedida por um representante da associação Txavelela (Novembro, 2022).

Estas colocações demonstram que o clima, sobretudo em regiões tropicais, é um elemento que exerce muita influência nos processos de desenvolvimento. Finalmente, um outro aspecto que nos parece importante e que afecta de maneira particular o município de Xai-Xai é a forte erosão que se regista nessa autarquia influenciada pelas águas pluviais.

Este município tem problemas graves de erosão, em especial nas zonas de encosta e na base de algumas bacias hidrográficas, onde se localiza uma parte importante da rede viária. Nas situações mais graves, existe risco de afectação de habitações existentes. A maior parte dos problemas de erosão estão associados a vias que se localizam em zonas de vale, onde se acumulam águas de escorrência que originam a erosão das vias em causa, que normalmente são estradas não revestidas e constituídas maioritariamente por materiais areno-siltosos, os quais são facilmente erodidos por acção da água (MAEFP, 2020).

Imagem 4: Rua 2000 ilustrando Erosão no Município de Xai-Xai



Fonte: (Ministério da Administração Estatal e Função Pública, MAEFP, 2020)

Em Manjacaze, não existem fenómenos de erosão que estejam a impactar significativamente na comunidade, pelo que a população não tem uma opinião formada sobre esta temática. Resumidamente, ainda que os constrangimentos geográficos condicionem a vida e o desenvolvimento dos municípios de Xai-Xai e Manjacaze, estes não devem ser considerados como fatalidade, pois, actualmente conhecem-se técnicas apropriadas para os corrigir ou pelo menos para contrabalançar os seus efeitos.

5.6.2. Desafios sociais

Neste constrangimento, destacamos a educação como um dos elementos que precisam de ser melhor trabalhado para que se possa reverter o cenário de pobreza prevalecente nas autarquias de Xai-Xai e Manjacaze. Como observou Bartoli (1999) não se pode falar em crescimento económico e nem desenvolvimento humano sem a educação, noutros termos, é a educação que permite com que os indivíduos tenham acesso as oportunidades ligadas a mobilidade social ascendente.

De acordo com o Instituto Nacional de Estatísticas (INE), no distrito de Manjacaze a taxa de analfabetismo situa-se na ordem dos 67%. Isto indica que o distrito ainda se encontra numa situação muito deficitária no que concerne a educação dos seus munícipes. De igual forma, o distrito de Xai-Xai tem um grande desafio nessa componente, apresentando uma taxa de analfabetismo 56,3 %. Esta realidade coloca um obstáculo ao desenvolvimento local uma vez que é com a técnica e a ciência que se pode transformar a sociedade e promover a melhoria das condições de vida dos indivíduos (INE, 2017).

Nessa ordem de ideias, das conversas que tivemos com os nossos interlocutores ficou igualmente evidente a necessidade da existência de universidades públicas, tanto em Xai-Xai, assim como em Manjacaze como forma de permitir o acesso do conhecimento científico aos munícipes.

Um outro aspecto a considerar tem sido as enfermidades que assolam os munícipes, tanto de Xai-Xai e Manjacaze, principalmente devido ao sistema deficitário de saneamento que não cumpre o nível mínimo de segurança, acabando por originar a propagação de doenças diarreicas e proliferação de mosquitos, transmissores de graves doenças como a malária e a dengue (MAEFP, 2020).

5.6.3. Desafios económicos

No condicionamento económico, um dos obstáculos enfrentados pelos munícipes de Xai-Xai e Manjacaze tem a ver com a falta de emprego que dificulta a capacidade dos indivíduos proverem para si e sua família o auto sustento. Por essa razão, Bartoli (1999) reafirma que a convenção sobre a política do emprego de 1964 prescreve no seu dispositivo como um dos objectivos essenciais de uma política activa a promoção do emprego que garanta com que haja trabalho para todas as pessoas disponíveis e à procura de trabalho. Na presente pesquisa notamos que a falta de emprego nos municípios de Xai-Xai e Manjacaze tem causado duas implicações fundamentais.

Primeiro, influencia na migração de muitos jovens para a vizinha África do Sul a procura das melhores condições de vida. Este fenómeno, apesar de ocorrer nos dois distritos municipais é muito mais visível na autarquia de Manjacaze. O segundo aspecto causado pelo desemprego é a venda informal generalizada que conseqüentemente traz consigo outros males como constrangimentos de tráfego e condições de insegurança para peões e veículos.

Imagem 5: Exemplo de Venda Informal no Município de Xai-Xai



Fonte: Ministério da Administração Estatal e Função Pública (MAEFP, 2020)

O levantamento feito sobre os principais constrangimentos enfrentados pelos munícipes das autarquias de Xai-Xai e Manjacaze apesar de não ter sido exaustivo, permite-nos ver os grandes desafios encarados por estes dois municípios. Outrossim, o inventário realizado de forma sumária revela que a pobreza é um fenómeno carregado por diversas dimensões, factores e elementos que exigem uma abordagem complexa e pluridimensional.

Neste diapasão, a busca pelo desenvolvimento comunitário tem que ser orientado igualmente por acções que contemplem várias dimensões das necessidades consideradas vitais da população numa

sequência articulada de esforços dirigidos para o gradativo bem-estar social, económico e cultural dos indivíduos.

Noutros termos, a partir da adesão e do compromisso com o desenvolvimento comunitário há uma necessidade de articular aspectos ligados a educação, segurança, saúde, emprego, ocupação inteligente do solo, utilização de tecnologia, produção, lazer, cultura, renda per capita, comprometimento social dos cidadãos na preservação do meio ambiente, ajuda aos mais necessitados, alimentação, relacionamento interpessoal, promoção dos direitos fundamentais da pessoa humana e a construção de estruturas económicas, políticas e sociais (Francisco, 2007).

Deste modo, o alcance do DC implica um trabalho coordenado e multidisciplinar, com um sistema normativo que fomente a participação comunitária no processo de tomada de decisões de interesse comum. Neste prisma, todos os actores seriam encorajados a engajarem-se no respeito mútuo, na solidariedade e na busca pelo bem-estar social de todos os indivíduos (Chapare, et al., 2020).

No contacto com as comunidades das autarquias estudadas, identificámos a existência de algumas acções que foram levadas a cabo pelas edis de Xai-Xai e Manjacaze na contribuição para o desenvolvimento comunitário. Os depoimentos a seguir mostram algumas dessas acções:

*Criei a associação Muchefa que ajuda as mulheres à desenvolverem algumas actividades para o seu auto-sustento e também de sua família. Nessa associação as mulheres praticam agricultura, pecuária e apreendem algumas profissões como por exemplo, corte e costura (...)*²⁴

Esta associação, criada desde 1997 confere as mulheres a possibilidade de lutarem em prol dos seus interesses comuns e lhes permite participar de alguns órgãos de tomada de decisões locais como por exemplo, o *Fórum de Consulta Municipal*²⁵, que abrange igualmente várias Organizações da Sociedade Civil (OSC) na elaboração de planos anuais de actividades municipais. Ademais, esta associação contribuiu para que as mulheres melhorassem as suas condições de vida, uma vez que

²⁴ Depoimento concedido pela presidente de Manjacaze (Novembro, 2022).

²⁵ Para mais detalhes sobre consultas municipais e papel dos órgãos consultivos na governação local (vide Simione & Beck, 2017; Machavate, 2022).

passaram a ter uma fonte de rendimento através de várias actividades socio-económicas como agro-pecuária, corte e costura²⁶.

Esta postura está em concordância com os objectivos do desenvolvimento comunitário, pois demonstra uma preocupação em relação a melhoria das condições de vida da população e abre espaço para a prática da cidadania e participação activa das comunidades em assuntos de interesse local. Outrossim, isso vai em concordância com a ideia defendida por Francisco (2007) que se fundamenta na colocação segundo a qual não há desenvolvimento comunitário sem democracia e participação social, uma vez que, a via comunitária se apresenta como a mais indicada para esse desiderato.

Imagem 6: Ilustração de onde opera a associação Muchefa, e algumas mulheres membros da associação.



Fonte: Autor, 2022.

Para além das actividades realizadas ao nível da associação Muchefa, alguns munícipes entrevistados destacaram a contribuição da edil de Manjacaze em alguns sectores importantes para o desenvolvimento desta autarquia, conforme ilustram os seguintes depoimentos:

²⁶ A associação Muchefa tem ajudado várias mulheres anualmente. Porém não é fácil fornecer uma precisão numérica devido a uma base de dados deficitária.

*Antes da actual presidente do município, Manjacaze não conhecia o que era uma estrada pavimentada e asfaltada (...)*²⁷

*A presidente de Manjacaze nos ajudou muito na busca de financiamento para a construção de mais furos de água e construção de hospitais (...)*²⁸

*Uma das contribuições dadas pela presidente de Manjacaze foi a implementação do sistema de apadrinhar ao nível das escolas, crianças desfavorecidas que não tenham condições económicas de prosseguir com os seus estudos (...)*²⁹

Nos dois primeiros depoimentos, destaca-se a contribuição da presidente de Manjacaze na dimensão económica, especificamente no que tange a construção de infra-estruturas e na capacidade de fazer *lobbys* para conseguir financiamento que permita o avanço de algumas iniciativas que melhorem a vida dos munícipes de Manjacaze.

O terceiro depoimento, mais virado a dimensão social, especificamente à educação, recupera a necessidade de auxiliar os mais necessitados a permanecerem e a continuar com os seus estudos. De acordo com a nossa entrevistada a presidente do município de Manjacaze deu uma orientação para que todos os vereadores tivessem ao nível do EP1 e EP2 um afilhado (a) devidamente indicado (a) pela escola e desprovido de recursos mínimos para ser auxiliado a ter condições básicas que o permita continuar com a sua formação académica.

No caso da Rita Muianga, também foi possível ver ao nível de Xai-Xai algumas acções desenvolvidas ao nível da comunidade que mereceram algum destaque conforme os seguintes depoimentos:

*Quando presidente, contribuí na construção de algumas infra-estruturas como, mercados, bancos, estradas, pontes, escolas e hospitais e ajudei as comunidades na criação de vários grupos dedicados á prática de agro-pecuária (...)*³⁰

*Na governação da presidente Rita Muianga, destacamos a implementação do Plano Estratégico para a Redução de Pobreza Urbana (PERPU) (...)*³¹

²⁷ Entrevista concedida pelo Director do STAE ao nível do distrito de Manjacaze (Novembro, 2022).

²⁸ Entrevista concedida pelos membros da assembleia municipal de Xai-Xai (Outubro, 2022).

²⁹ Entrevista concedida pela vereadora do distrito de Manjacaze (Novembro, 2022).

³⁰ Depoimento concedido por Rita Muianga (Outubro, 2022).

³¹ Entrevista concedida pelos membros da assembleia municipal de Xai-Xai (Outubro, 2022).

A presidente de Xai-Xai ao longo da sua governação deu espaço para a participação de vários segmentos da sociedade incluindo as organizações da sociedade civil que hoje exercem abertamente as suas actividades (...)³².

No processo de alocação de infra-estruturas, a entrevistada do primeiro depoimento, destacou não apenas a necessidade de ter acesso aos fundos municipais para o cumprimento desse desiderato, mas também sublinhou a capacidade que teve na negociação com parceiros nacionais e internacionais de modo a atrair investimentos que possibilitam ter acesso aos fundos que ajudem os munícipes na provisão de serviços básicos.

Ademais, no segundo depoimento, os nossos entrevistados destacaram o PERPU como um dos programas implementados pela iniciativa da Rita Muianga e que ajudou alguns munícipes a terem acesso ao crédito para desenvolverem actividades remunerativas como por exemplo, comércio formal, prática da agricultura e pecuária.

No terceiro depoimento, encontramos uma evidência que revela um dos princípios defendidos no DC que assume a participação política como o cumprimento dum das necessidades do envolvimento da população no processo do desenvolvimento comunitário. Nesses termos, as actividades desenvolvidas pela Rita Muianga contribuíram localmente para melhoria das condições de vida dos munícipes uma vez que, estes passaram a ter mais infra-estruturas que possibilitassem a circulação de pessoas e bens, bem como prática de actividades comerciais e agro-pecuárias.

Estes avanços e a contribuição dada pelas edis de Xai-Xai e Manjacaze, podem ser cada vez mais potencializados e articulados com tantos outros sectores de modo a contornar a situação de pobreza vivenciada nesses municípios. Pois, não obstante a contribuição da Rita Muianga e Maria Helena Langa através de algumas acções específicas no processo de DC, ainda verifica-se a necessidade de mais esforços multissetoriais que devem ser realizados para que haja cada vez mais, infra-estruturas adequadas, no concernente ao melhoramento da rede viária, disponibilidade de fundos para responder com as necessidades locais, Bancos comerciais, estradas, portos, aeroportos, sistemas de drenagem, sistema de transporte melhorado, construção de instituições de ensino primário, secundário e superior, aumento da capacidade de produção, emprego, entre outros.

³² Entrevista concedida pela representante dum Organização da Sociedade Civil (ACTIVA, Outubro, 2022)

Considerações finais

Nesta dissertação procurou-se compreender as condições que contribuíram para a ascensão das edis das autarquias de Xai-Xai e Manjacaze às presidências municipais e o seu envolvimento nos processos de desenvolvimento comunitário. Por conseguinte, problematizou-se o argumento que parte do pressuposto segundo o qual as mulheres não têm conseguido participar de forma efectiva na política devido a prevalência do sistema patriarcal e outras práticas culturais, como o machismo, ritos de iniciação, uniões prematuras, violência doméstica e várias crenças religiosas.

Porém, com o recurso aos pressupostos teóricos de Pierre Bourdieu e Alain Touraine, nomeadamente através das noções de Campo político e de Sujeito, demonstramos que ao nível dos distritos de Xai-Xai e Manjacaze, práticas culturais como o patriarcado tem vindo a ser contornadas pelas mulheres através das estratégias assentes na capacidade de estabelecer negociações e formar alianças políticas. Ademais, as transformações que tem vindo a acontecer, sobretudo com a influência dos movimentos feministas, OSC e dos vários instrumentos ratificados ao nível nacional e internacional em prol da igualdade de género tem elevado a consciência das mulheres e a necessidade de se afirmarem a si mesmas, tanto na política, assim como na economia e na sociedade em geral.

Do trabalho de campo realizado constatamos igualmente que à ascensão das edis de Xai-Xai e Manjacaze deveu-se a três factores principais: (i) a consciência de que o campo político não é exclusivo para os homens e em função do seu desejo podem lutar e conseguirem se afirmar; (ii) observaram a disciplina partidária buscando fazer com zelo, dedicação as funções que lhes eram confiadas ao longo da sua carreira política; (iii) buscaram igualmente obter apoio popular porque tinham consciência que só formando alianças profícuas com vários segmentos sociais é que podiam adquirir suporte suficiente para serem eleitas.

Outrossim, em relação às críticas que afirmam que as mulheres quando estão no poder não equacionam devidamente os direitos humanos das mulheres, do trabalho de campo realizado constatamos que, efectivamente, nas autarquias de Xai-Xai e Manjacaze ainda há muito por se fazer no que concerne ao emponderamento das mulheres de forma geral. Contudo, isso não retira algumas acções levadas a cabo por Rita Muianga e Maria Helena Langa em prol dos direitos das mulheres e do DC. Por exemplo, na governação das edis notamos uma grande preocupação para a inclusão das mulheres na vida social, económica e sobretudo política ao longo do seu mandato, de tal forma que estabeleceram várias

plataformas no sentido de alavancar os direitos humanos das mulheres, como o fórum de participação municipal da mulher, observatório municipal e várias associações de base comunitária que lidam com as questões da emancipação e empoderamento da mulher.

No tocante ao desenvolvimento comunitário há que considerar, em primeiro lugar, que tanto Xai-Xai como Manjacaze apresentam um quadro de pobreza que se reflecte na seguinte realidade: habitação defeituosa que mantém os indivíduos em situação de vulnerabilidade; doenças que impossibilitam os indivíduos de proverem por si, suas necessidades de subsistência; o analfabetismo que limita as oportunidades de acesso à informação; rede de infra-estruturas incipiente; baixa qualidade de serviços públicos; estradas esburacadas; morosidade na conclusão das obras em construção; rede de abastecimento de água limitada; lixo em vários pontos da cidade, agravado pela dificuldade do município em termos de meios para a sua recolha; registos de casos de criminalidade, em parte, aliada à falta de iluminação pública em algumas artérias da cidade e o desemprego que afecta boa parte da juventude.

Não obstante o quadro de pobreza que se verifica nas autarquias de Xai-Xai e Manjacaze, do trabalho de campo realizado, observamos acções específicas desenvolvidas pelas edis das duas autarquias na promoção dos direitos humanos das mulheres, na construção de infra-estruturas, com destaque para escolas, hospitais, pontes, estradas, furos de abastecimento de água e criação de associações de base comunitária que contrinuíram para os projectos de desenvolvimento comunitário.

Portanto, as conclusões feitas nesta dissertação sugerem a validação da hipótese que considera que a afirmação de si enquanto mulheres e a capacidade de fazer negociações e alianças políticas na base de homologia de disposições as edis das autarquias de Xai-Xai e Manjacaze ascenderam às presidências municipais e contribuíram nos processos de desenvolvimento comunitário.

Referências bibliográficas

- Abrahamsson, H & Nilsson, A. (1994). *Moçambique em transição: Um estudo da história de desenvolvimento durante o período 1974-1992*. Maputo: PADRIGU/CEEI-ISRI.
- Abreu, A. (2005). *Mulher no Caminho da Democracia*, In: Eleições, Democracia e Desenvolvimento. Maputo: .
- Alvarez, S. (2000). *A globalização dos feminismos Latino-Americano*.
- Ander-Egg, E. (1980). *Metodologia y practica del desarrollo de la comunidad*. 10ª ed. Terragona: UNIEUROPE.
- Bardin, L. (2011). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- Bartoli, H. (1999). *Repensar o desenvolvimento. Acabar com a pobreza*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Bilério, B. (2007). *Papel dos Governos (autarquias) locais na consolidação da Democracia em Moçambique: 1998-2006*. Caso do município de Inhambane. Maputo: IESE.
- Bordinave, J. (1983). *O que é participação*, 6ª ed. editora Brasiliense.
- Botwinick, A. (1990). *Skepticism and political participation*. Temple: Philadelphia University Press.
- Bonneti, A. (2003). *Especificidade da educação feminina no contexto da educação infantil*, Florinópolis: .
- Bourdieu, P. (1987). *A sociologia do campo político por Pierre Bourdieu*, 9ª ed. Petrópolis: Vozes.
- Bourdieu, P. (1989). *O Poder Simbólico*, 2ª ed. Lisboa: .
- Brígida, B. (2009). *Desenvolvimento comunitário: das teorias às práticas*. Turismo, ambiente e práticas educativas. São Tomé e Príncipe: .
- Butler, J. (2009). *Diagnosticando o género*. Universidade de Basília.
- Carno, H. (2001). A actualidade do desenvolvimento como estratégia de intervenção social. In: *Actas da 1ª Conferência sobre Desenvolvimento Comunitário e Saúde Mental*. Centro de Estudos de Migrações, ISPA.
- Casimiro, I. (2004). *Paz na terra, guerra em casa*. Maputo: Promédia.
- Castelo-Branco, C. (2008). *Distrito, descentralização e desenvolvimento: Uma Reflexão crítica*. Texto submetido a aula inaugural. Inhambane, Massinga: Universidade Pedagógica.
- Castro, L. (2022). *Lado perverso da governação local: analisando a influência das relações sociais no desenvolvimento da vida autárquica de Alto Molocué, Zambézia*. [Dissertação de Mestrado em Sociologia]. Maputo: FLCS/Departamento de Sociologia/UEM.

- Chapare, T. et al. (2020). Impactos ambientais, objetivos do desenvolvimento sustentável e bioética ambiental: A exploração do carvão mineral no distrito de Moatize, Moçambique. *Revista Iberoamericana de Bioética*.
- Coelho, J. (2009) A literatura quantitativa e a interpretação do conflito armado em Moçambique (1976-1992). In: Cristina, Rodrigues e C. Ana. *Pobreza e Paz nos PALOP*. Lisboa: Sextante Editora, p. 88–106.
- Costa, E. (S/d). *Homologia e hegemonia - As relações de poder nas teorias de Bourdieu e Laclau*. Pelotas: Universidade Federal de Pelotas.
- Cistac, G. (2012). *Institucionalização, organização e problemas do poder local*. Jornada de Distrito Municipal comparado Lusófono.
- Crespo, A. (2007). *Decentralization and service delivery: a framework*. Nairobi: African Economic Research Consortium (AERC).
- Christopher, H. & Garmam, G. (S/d). *Decentralisation in Africa: A pathway out of poverty and conflict?* Amsterdam: Amsterdam University Press.
- Dani Rodrik (1999). *The global governance of trade as if development really mattered*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Dumont, R. (1962). *A África começa mal*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- Faria, F. & Chichava, A. (1999). *Descentralização e cooperação descentralizada em Moçambique*, Documento de Reflexão nº12. Maastricht: European Centre for Development Policy Management (ECDPM).
- Filipe, C. (2019). *Descentralização fiscal sem enquadramento no contexto actual das finanças públicas: caso dos municípios*.
- Forquilha, S. (2007). Remendo novo em pano velho: o impacto das reformas de descentralização no processo de governação local em Moçambique. In: Luís de Brito, Carlos Castel-Branco, Sérgio Chichava, António Francisco (Orgs.) *Cidadania e Governação em Moçambique*. Maputo: IESE.
- Forquilha, S. (2009). *Reformas de descentralização e redução da pobreza num contexto de estado Neo-patrimonial: Um olhar a partir dos Conselhos Locais em Moçambique* (OUIL).
- Francisco, A. (2007). *Desenvolvimento comunitário em Moçambique: Contribuição para a sua compreensão crítica*. África-America Institute.
- Furquim, L. & Jácome, C. (2019). *Teorias de gênero e feminismos na arqueologia brasileira: Do dimorfismo sexual à primavera queer*. Campinas.
- Gil, A. (2008). *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 5ª ed. São Paulo: Atlas editora.

- Gil, A. (2007). *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6ª ed. São Paulo: Atlas editora.
- Godinho, M. (2012). *Potenciar o desenvolvimento comunitário através do turismo acessível para todos: um projecto piloto para a cidade de Beja*. Dissertação de Mestrado em Educação. Beja: Instituto Politécnico de Beja7 Escola Superior de Educação.
- Karberg, S. (2015). Participação política das mulheres e a sua influência para uma maior capacitação da Mulher em Moçambique, FES.
- Lakatos, E. M. & Marconi, M. A. (2003). *Fundamentos de metodologia científica*, 5ª ed. editora Atlas.
- Landes, D. (2005). *A riqueza e a pobreza das nações. Por que são algumas tão ricas e outras tão pobres*. Lisboa: Gradiva.
- Macamo, E. (2004). *A leitura sociológica*. Imprensa Universitária/ Maputo. UEM.
- Macamo, E. (2006). *Um país cheio de soluções*. Maputo. Editora Produções Lua.
- Machavate, D. (2022). *Descentralização e participação nos conselhos consultivos locais: um caminho para o desenvolvimento local no município de Lichinga?* Dissertação de Mestrado em Sociologia. Maputo: Departamento de Sociologia/UEM.
- MAE. (2014). Perfil do distrito de Mandlakaze, província de Gaza, resumo disponível em: <http://www.governet.gov.mz>.
- MAE. (2012). Perfil do distrito de Xai-Xai, província de Gaza, resumo disponível em: <http://www.governet.gov.mz>.
- Machado. A. (2020). *Desafios da pesquisa social em ciências Sociais*. Brasil, São Paulo.
- Maxilhaieie, M. & Vieira, I. (2019). *Desenvolvimento Sustentável em Moçambique 2001-2014: Evolução ou Retrocesso*. Revista Portuguesa de Estudos Regionais.
- Mazuze,et.al. (2021). *Xai-Xai: 60 anos de uma comunidade em metamorfose*, número de depósito legal: DL/BNM/851.
- Mazula, B. (1998). *Eleições, democracia e desenvolvimento*, 1ª ed. Maputo: .
- Minayo, M. C. et al. (1996) *Pesquisa social, teoria, método e criatividade*, 14ª ed. Vozes.
- Mills, J. S. (1981). *O culto da individualidade*. Editora da UFRN.
- Morin, E. (2008). *Introdução ao pensamento complexo*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Nipassa, O. (2016). *Autonomia e dependência da sociedade civil no processo de desenvolvimento Humano em Moçambique*. Dissertação de Doutoramento em Estudos Africanos. Lisboa: ISCTE-IUL.
- Nipassa, O. (2020). “Da autonomia do Fórum Mulher na arena pública moçambicana”. In: *Revista Estudos Feministas* 28(1), pp: 1-11.

- Ngoenha, S. E. (2015). *Terceira questão: que leitura se pode fazer das recentes eleições presidenciais e legislativas?* Publifix Edições, Maputo, UDM.
- Norris, P. & Nglehart, R. (2003). *Rising tide: gender equality and cultural change around the World*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Nyamuzuwe, G. (S/d). *Análise da participação das mulheres em Moçambique*. Maputo: PNUD.
- Osório, C. & Macuácuá, E. (2013). *Eleições autárquicas de 2013: Participação e representação de mulheres e homens*. Maputo WLSA Moçambique.
- Osório, C & Macuacua, E. (2015). *Participação política de mulheres e homens em contexto Eleitoral*. Maputo: WLSA Moçambique.
- Osório, C. & Macuácuá, E. (2019). *Mulher e democracia: Indo para além das quotas. Caso das eleições autárquicas de 2018*. Maputo: WLSA Moçambique.
- Passos, C. (2005). *A descentralização e a desconcentração administrativa do Estado de Santa Catarina: A motivação governamental*. Vale de Itajaí: Universidade de Vale de Itajaí-UNIVALE, São José.
- Parker, A. (1999). *Decentralisation: The way forward for rural development?* Washington, DC: The World Bank.
- PUC. (S/d). *Descentralização, participação e desenvolvimento*.
- Rocha, J. e Zavale, G. (2015). *O Desenvolvimento do poder local em África: O caso dos Municípios em Moçambique*. Disponível em: <http://journals.openedition.org/cea/1879> (Acesso em: 19 de Março de 2021).
- Romeo, L. (2011). *Decentralizing for development: The Developmental potential of Local Autonomy and the limits of politics-driven decentralization reforms, local development international s.a.s./www.locdev.org*. (Acesso em: DIA, MES E ANO).
- Santos, H. (2002). *Desenvolvimento comunitário e educação: Duas faces da mesma moeda*, 7ª ed. Maputo: Texto editora.
- Serra, C. (1997). *Novos combates pela mentalidade sociológica*, 2ª ed. Maputo: Livraria Universitária.
- Scotto, G. et al. (2009). *Desenvolvimento sustentável*. Petrópolis: Editora Vozes.
- Simione, A. & Ckagmazaroff, . (2017). *Governança participativa em Moçambique: Dinâmicas do envolvimento dos cidadãos na gestão municipal na cidade de Xai-Xai*. Vol.9. nr.1.
- Simão, M. (2013). *Relações sociais de género na perspectiva de crianças pequenas na creche*. SP.
- Shephard, T. (1994). *The history of the shepherd scholars program*. E.U.A. Emporia University.
- Tocqueville, A. (2007). *Democracy in America*. New York: Collins.

Touraine, A. (2007). *El sujeto. Un nuevo paradigma para comprender el mundo de hoy*. Buenos Aires: Paidós, 2006. M. Veronese (S/d). *Subjetividade, trabalho e solidariedade*. Canoas: Aletheia.

Touraine, A. (2008). *O Mundo das Mulheres*. Tradução de Francisco Morás. Petrópolis: Vozes.

Touraine, A. (2007). *Pensar de Outro Modo*. Tradução de Armando Pereira da Silva. Lisboa: Instituto Piaget.

Veronese, M. & Lacerda, L. (2011). *O sujeito e o indivíduo na perspectiva de Alain Touraine*. *Revista Sociedade e Cultura* 14(2): 419-426.

Vidal, S. (2017). *A participação política das mulheres em Moçambique e na Tanzânia: Um estudo comparativo*. Dissertação de Mestrado em Estudos Africanos. Lisboa: ISTC, Instituto Universitário de Lisboa.

Wilma, J. (2014). *As mulheres na elite parlamentar: o paradoxo Moçambicano*. [Dissertação em Mestrado de Relações Internacionais]. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa.

Weimer, B. & Carilho, J. (2017). *A economia política da descentralização em Moçambique, Dinâmicas, efeitos e desafios*. Maputo: IESE.

Weimer, B. (S/d). *Para uma estratégia de descentralização em Moçambique: Mantendo a falta de clareza? Conjunturas críticas, caminhos, resultados*. Maputo: IESE.

Weimer, B. (2012). *Descentralizar o centralismo, economia política, recursos e resultados*. Maputo: IESE.

Zaqueu, L. (2015). *Descentralização no estado unitário: Participação do poder local e a formulação de políticas públicas para desenvolvimento local em Moçambique 1990-2010*. Maputo: Imprensa Universitária.

Legislação e relatórios

INE. (2017). *IV Recenseamento Geral da População e Habitação 2017*. Resultados Definitivos. Maputo: Governo de Moçambique.

Lei n° 7/2018, de 03 de Agosto de 2018. (Lei dos Órgãos das Autarquias Locais). Bolentim da República. 1° Série, n° 152.

MAEFP. (2020). *Diagnóstico integrado de infra-estrutura e serviços básicos para os municípios da província de Gaza: Etapa III-análise de levantamento de campo e proposta preliminar, Município de Xai-Xai*: Relatório, revisão 01. Lisboa: .

MEFP. (2020) *Diagnóstico integrado de infra-estrutura e serviços básicos para os municípios da província de Gaza: Etapa III- Análise de levantamento de campo e proposta preliminar, município de Manjacaze*: Relatório, Revisão 01. Lisboa.

Ordem dos Advogados de Moçambique. (2018). *Política de género e estratégia de implementação da ordem dos advogados de Moçambique*. Maputo: OAM.

Portal do Governo de Moçambique. (2017). Disponível em: www.portaldogoverno.gov.mz. (Acesso a DIA, MÊS, ANO).

PQG. (2020). *Programa quinquenal do governo 2020-2024*. Aprovado pela Assembleia da República. Maputo: Governo da República de Moçambique.

República de Moçambique. (2018). *Política de género e estratégia de sua implementação*.

Apêndices



UNIVERSIDADE
E D U A R D O
MONDLANE

FACULDADE DE LETRAS E CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA
PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO

Apêndice 1: CONSENTIMENTO INFORMADO

Estimado/a Participante!

Em primeiro lugar, gostaria de lhe pedir que lesse e entendesse o objectivo deste documento antes de confirmar a sua participação no estudo que nos propomos a realizar no âmbito da Dissertação de Mestrado em Sociologia do Desenvolvimento, cujo tema consiste em apresentar uma reflexão sobre “Descentralização e Participação Política das Mulheres no Desenvolvimento Comunitário”.

A tomada de decisão em relação a sua participação na presente pesquisa é algo fundamental para a aquisição de informações relevantes acerca do tema que está a ser desenvolvido. Em caso de dúvidas e questões que forem a surgir sinta-se a vontade em colocar para obter os devidos esclarecimentos.

Nesta pesquisa terá de responder a umas questões através de uma entrevista semiestruturada. A sua participação é muito importante. No entanto, ela é voluntária. Todos os dados recolhidos servirão somente para investigação científica.

Solicito que autorize a realização da entrevista e que aceite fazer gravações de voz para não perder de vista todos os detalhes importantes sobre a pesquisa. Comprometo-me a não usar, nem divulgar nenhuma informação que a possa identificar ou por em causa a sua profissão.

Eu, _____ autorizo o investigador Bernardo Manhique a recolher dados para a sua investigação. Permito igualmente a utilização das gravações e declaro que não me oponho à utilização das mesmas para o seu estudo, desde que sejam salvaguardados todos os aspectos éticos sobre a pesquisa social.

Assinatura do/a Entrevistado _____

Assinatura do Pesquisador _____

Apêndice 2: Guião de entrevista semi-estruturada para as presidentes dos Conselhos Autárquicos de Xai-Xai e Manjacaze

Saudações!

Chamo-me Bernardo Manhique, estou a levar a cabo uma pesquisa sobre descentralização e participação política das mulheres nos processos de tomada de decisão para o desenvolvimento comunitário. Esta pesquisa está sendo realizada no âmbito dos requisitos necessários para a conclusão do mestrado em sociologia do desenvolvimento, ministrado na Universidade Eduardo Mondlane (UEM), Departamento de Sociologia em Maputo.

O principal objectivo desta pesquisa consiste em buscar compreender as condições que contribuíram para a ascensão da Rita Muianga e Maria Helena Langa à presidência dos conselhos autárquicos de Xai-Xai e Manjacaze, num contexto tido como patriarcal e, em que as posições de tomada de decisão ainda continuam a ser dominadas pelos homens na elite governamental. Os resultados dessa pesquisa terão somente finalidades académicas. Neste sentido, gostaria de contar com a sua colaboração na resposta as várias questões que irei colocar de seguida. Sendo a sua participação voluntária, está livre de opinar, adicionar ou até de interromper a pesquisa, se por alguma razão julgar isso necessário.

Desde já agradeço antecipadamente a sua compreensão e colaboração.

I. Perfil socioeconómico das entrevistadas

- 1.1. Sexo _____
- 1.2. Idade _____
- 1.3. Estado Civil _____
- 1.4. Nível de Escolaridade _____
- 1.5. Local de Residência _____
- 1.6. Tem uma outra profissão fora da arena política?

1.7. Para além do cargo da presidente do conselho Municipal desenvolve outras actividades de carater remunerativa?

1.8. Como foi o percurso de sua vida desde a infância, até chegar ao cargo de presidência Municipal?

II. Sobre os aspectos socioculturais que influenciam na participação política das Mulheres em posições de tomada de decisão.

2.1 Existiram algumas adversidades para a sua ascensão ao cargo de presidência municipal? Se sim, quais foram?

2.2 O que pensa sobre a participação política das mulheres nos centros de tomada de decisão?

2.3 Como são abordadas as relações de género ao nível da comunidade?

2.4 Na sua opinião, existem algumas práticas culturais que demonstram um tratamento diferenciado entre homens e mulheres?

2.5 O que se diz ao nível da comunidade em relação as mulheres que conseguem estar em posições de tomada de decisão?

III. Sobre os mecanismos utilizados pelas edis de Xai-Xai e Majacaze para a sua ascensão aos cargos de presidência municipal.

3.1 Que recurso utilizou para ascender á presidência Municipal?

3.2 Como decorreu todo o processo até a sua eleição á cargo de presidência municipal?

3.3. O que acha ter sido determinante para que chegasse ao cargo de presidência municipal?

3.4. Teve algum apoio para conseguir estar nos cargos de presidência municipal?

IV. Sobre a contribuição das edis das autarquias de Xai-Xai e Manjacaze no desenvolvimento comunitário.

4.1 Qual foi a principal contribuição que deu durante o tempo em que esteve na presidência municipal?

4.2 Que impacto conseguiu trazer para o bem-estar da população durante o seu mandato?

4.3 Em sua opinião, terá conseguido ao longo do seu mandato garantir o envolvimento e participação cívica de vários actores sociais? Se sim, como?

Se tiver algum ponto que nos esquecemos de abordar ou uma questão que lhe pareça importante, por favor sinta-se a vontade em acrescentar. Obrigado!

Apêndice 3: Guião de entrevista semiestruturada para membros das organizações da Sociedade Civil e membros das bases partidárias da presidente da autarquia do município de Xai-Xai

Saudações!

Chamo-me Bernardo Manhique, estou a levar a cabo uma pesquisa sobre descentralização e participação política das mulheres nos processos de tomada de decisão para o desenvolvimento comunitário. Esta pesquisa está sendo realizada no âmbito dos requisitos necessários para a conclusão do mestrado em sociologia do desenvolvimento, ministrado na Universidade Eduardo Mondlane (UEM), Departamento de Sociologia em Maputo.

O principal objectivo desta pesquisa consiste em buscar compreender as condições que terão contribuído para a ascensão da Rita Muianga a presidência do conselho autárquico de Xai-Xai, salientando a sua contribuição no desenvolvimento comunitário, num contexto em que as posições de tomada de decisão ainda continuam a ser dominadas pelos homens na elite governativa. Os resultados dessa pesquisa terão somente finalidades académicas. Neste sentido, gostaria de contar com a sua colaboração na resposta as várias questões que irei colocar de seguida. Sendo a sua participação voluntária, está livre de opinar, adicionar ou até de interromper a pesquisa, se por alguma razão julgar isso necessário.

I. Perfil socio-económico dos entrevistados

- 1.1. Sexo _____
- 1.2. Idade _____
- 1.3. Estado Civil _____
- 1.4. Nível de Escolaridade _____
- 1.5. Local de Residência _____
- 1.6. Profissão _____

II. Sobre os aspectos sócio-culturais que influenciam a participação política das Mulheres em posições de tomada de decisão.

- 2.4 Existem algumas adversidades para a ascensão das mulheres em posições de tomada de decisão ao nível desta autarquia? Se sim, quais são?
- 2.5 O que pensa sobre a participação política das mulheres nos centros de tomada de decisão?
- 2.6 Como são abordadas as relações de género ao nível da comunidade?

2.4 Na sua opinião, existem algumas práticas culturais que demonstram um tratamento diferenciado entre homens e mulheres?

2.5 O que se diz ao nível da comunidade em relação as mulheres que conseguem estar em posições de tomada de decisão?

III. Sobre os mecanismos utilizados pela edil de Xai-Xai para a sua ascensão ao cargo de presidência municipal.

3.2 Na sua opinião, que recurso a edil da autarquia de Xai-Xai utilizou para ascender a presidência Municipal?

3.2 Pode nos explicar como é que foi o processo até a leição da edil de Xai-Xai á cargo de presidência municipal?

3.3. O que acha que foi determinante para que a edil de Xai-Xai chegasse a um cargos de presidência municipal?

3.4. Tem conhecimento de algum apoio que a edil de Xai-Xai teve para conseguir estar no cargo de presidência municipal?

IV. Sobre a contribuição da Presidente da autarquia de Xai-Xai no desenvolvimento comunitário.

4.1 Na sua opnião, qual foi a principal contribuição dada pelas edil de Xai-Xai durante o tempo em que esteve na presidência municipal?

4.2 Que impacto é que a edil de Xai-Xai trouxe em termos de bem-estar da população durante o seu mandato ao nível da comunidade?

4.4 Que contribuição a edil de Xai-Xai deu na autarquia em termos de envolvimento e participação cívica de vários actores sociais?

Se tiver algum ponto que nos esquecemos de abordar ou uma questão que lhe pareça importante, por favor sinta-se a vontade em acrescentar. Obrigado!

Apêndice 4: Guião de entrevista semiestruturada para membros das organizações da Sociedade Civil e membros das bases partidárias da presidente da autarquia do município de Manjacaze

Saudações!

Chamo-me Bernardo Manhique, estou a levar a cabo uma pesquisa sobre descentralização e participação política das mulheres nos processos de tomada de decisão para o desenvolvimento comunitário. Esta pesquisa está sendo realizada no âmbito dos requisitos necessários para a conclusão do mestrado em sociologia do desenvolvimento, ministrado na Universidade Eduardo Mondlane (UEM), Departamento de Sociologia em Maputo.

O principal objectivo desta pesquisa consiste em buscar compreender as condições que terão contribuído para a ascensão da Maria Helena Langa a presidência do conselho autárquico de Manjacaze, salientando a sua contribuição no desenvolvimento comunitário, num contexto em que as posições de tomada de decisão ainda continuam a ser dominadas pelos homens na elite governativa. Os resultados dessa pesquisa terão somente finalidades académicas. Neste sentido, gostaria de contar com a sua colaboração na resposta as várias questões que irei colocar de seguida. Sendo a sua participação voluntária, está livre de opinar, adicionar ou até de interromper a pesquisa, se por alguma razão julgar isso necessário.

I. Perfil socioeconómico dos entrevistados

- 1.1. Sexo _____
- 1.2. Idade _____
- 1.3. Estado Civil _____
- 1.4. Nível de Escolaridade _____
- 1.5. Local de Residência _____
- 1.6. Profissão _____

II. Sobre os aspectos socioculturais que influenciam a participação política das Mulheres em posições de tomada de decisão.

- 2.7 Existem algumas adversidades para a ascensão das mulheres em posições de tomada de decisão ao nível desta autarquia? Se sim, quais são?
- 2.8 O que pensa sobre a participação política das mulheres nos centros de tomada de decisão?
- 2.9 Como são abordadas as relações de género ao nível da comunidade?

2.4 Na sua opinião, existem algumas práticas culturais que demonstram um tratamento diferenciado entre homens e mulheres?

2.5 O que se diz ao nível da comunidade em relação as mulheres que conseguem estar em posições de tomada de decisão?

III. Sobre os mecanismos utilizados pela edil de Manjacaze para a sua ascensão ao cargo de presidência municipal.

3.3 Na sua opinião, que recursos a edil da autarquia de Manjacaze utilizou para ascender a presidência Municipal?

3.2 Pode nos explicar como é que foi o processo até a eleição da edil de Manjacaze á cargo de presidência municipal?

3.3. O que acha que foi determinante para que a edil de Manjacaze chegasse a um cargos de presidência municipal?

3.4. Tem conhecimento de algum apoio que a edil de Manjacaze teve para conseguir estar no cargo de presidência municipal?

IV. Sobre a contribuição da Presidente da autarquia de Xai-Xai no desenvolvimento comunitário.

4.1 Na sua opinião, qual foi a principal contribuição dada pela edil de Manjacaze durante o tempo em que esteve na presidência municipal?

4.2 Que impacto é que a edil de Manjacaze trouxe em termos de bem-estar da população durante o seu mandato ao nível da comunidade?

4.5 Que contribuição a edil de Manjacaze deu na autarquia em termos de envolvimento e participação cívica de vários actores sociais?

Se tiver algum ponto que nos esquecemos de abordar ou uma questão que lhe pareça importante, por favor sinta-se a vontade em acrescentar. Obrigado!

Anexos

Anexo 1: TERMOS DE REFERÊNCIA – MISSÃO

REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE
UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE
TERMOS DE REFERÊNCIA – MISSÃO

(Preenchido pelo Líder do Grupo, nos casos de viagens em Grupo)

I. DESCRIÇÃO DA ACTIVIDADE

1. Nome do programa: 1.5.1 UEM/SUECIA
2. Actividade: Realização do Trabalho de Campo
3. País/Local que vai ser visitado: Província de Gaza (Xai-Xai e Manjacaze)
4. Duração da visita: 30 dias
6. Data de partida: 14 de Outubro de 2022 . Data de regresso: 13 de Novembro de 2022

II. PARTICIPANTES DA MISSÃO (Nome, unidade de trabalho e tarefa no grupo)

1. Bernardo Ananias Manhique (Lider da viagem)
2. Ajudantes de campo

III. RAZÃO/OBJECTIVO DA VIAGEM

1. Recolha de Dados para a elaboração da dissertação de Mestrado em Sociologia do Desenvolvimento.

IV. A INSTITUIÇÃO/LOCAL VISITADO E O CONTEÚDO DO ESTUDO

1. Gaza (distritos Municipais de Xai-Xai e Manjacaze)
2. Analisar a participação política das Mulheres nos processos de Desenvolvimento Comunitário.

V. RESULTADO ESPERADO

Realizadas entrevistas com as mulheres que conseguiram presidir as autarquias de Xai-Xai e Manjacaze.

Realizadas entrevistas com alguns membros dos partidos políticos de onde saíram as duas mulheres que conseguiram presidir as autarquias de Xai-Xai e Manjacaze;

Realizadas entrevistas com algumas organizações da sociedade civil que tratam de assuntos ligados ao género ao nível local .

VI. ACÇÕES APÓS A MISSÃO

1. Redacção do relatório da viagem e do trabalho realizado
2. Entrega do relatório no dia 28 de Novembro de 2023

Tabela 1: Plano das actividades decorrentes do trabalho de campo

Nº	Data	Actividades a Desenvolver	Local de Trabalho	Duração	Responsável	Observações
1.	14 de Outubro de 2022	Viagem ao distrito municipal de Xai-Xai, província de Gaza	Terminal Rodoviadio da Junta	3h:30mim	Investigador	-----
2.	De 15 a 16 de Outubro e 2022	Alojamento; contratação de um ajudante de pesquisa, e preparação dos instrumentos de recolha de dados	Conselho Municipal de Xai-Xai	Todo o dia	Investigador	-----
3.	17 de Outubro de 2022	Apresentação do projecto e pedido para início de trabalho de campo e marcação de entrevistas.	Conselho Municipal de Xai-Xai	Das 8h: 30mm as 15h	Investigador	-----
4.	18 de Outubro de 2022	Capacitação e coordenação com o ajudante de campo.	Conselho Municipal de Xai-Xai	Das 9h:00 as 14h:00	Investigador e ajudante de campo	-----
5.	19 de Outubro de 2022	Entrevista com a Rita Muianga	Conselho Municipal de Xai- Xai	1h	Investigador	A hora exacta em que se irá realizar a

						entrevista dependerá da disponibilidade da nossa entrevistada
6.	De 20 a 24 de Outubro de 2022	Entrevistas com membros das bases partidárias pertencentes ao partido da Rita Muianga	Conselho Municipal de Xai-Xai	Todo o dia	Investigador	-----
7.	De 25 a 28 de Outubro de 2022	Entrevistas com membros de algumas organizações da sociedade civil que lidam com a questão de género e desenvolvimento comunitário	Conselho Municipal de Xai-Xai	Todo o dia	Investigador	-----
8.	De 29 a 30 de Outubro de 2022	Preparação e viagem para o distrito municipal de Manjacaze, bem como alojamento.	Viagem de autocarro	Todo o dia	Investigador	-----
9.	De 31 de Outubro a 01 de Novembro de 2022	Contratação do Ajudante de Campo, apresentação do projecto e pedido para início de trabalho de campo e	Conselho Municipal de Manjacaze	Todo o dia	Investigador	-----

		marcação de entrevistas				
10.	02 de Novembro de 2022	Entrevista com Maria Helena Langa	Conselho Municipal de Manjacaze	1h	Investigador	A hora exacta em que se irá realizar a entrevista dependerá da disponibilidade da nossa entrevistada
11.	De 03 a 06 de Novembro de 2022	Entrevistas com alguns membros das bases partidárias pertencentes ao partido da Maria Helena Langa	Conselho Municipal de Manjacaze	Todo dia	Investigador	-----
12.	De 07 a 11 de Novembro de 2022	Entrevistas com algumas organizações da sociedade civil que lidam com a questão do género e desenvolvimento comunitário	Conselho Municipal de Manjacaze	Todo dia	Investigador	-----
13.	12 de Novembro de 2022	Preparação e viagem de Majacaze a Xai-Xai.	Autocarro	Todo dia	Investigador	-----
14.	13 de Novembro de 2022	Viagem de regresso á Maputo	Terminal Rodoviário	Todo dia	Investigador	-----

Departamento de Sociologia

GUIA DE MARCHA Nº 001/MSD/FLCS/2022

Para os devidos efeitos, segue devidamente autorizado o estudante **Bernardo Ananias Manhique**, do Curso de Mestrado em Sociologia do Desenvolvimento, Faculdade de Letras e Ciências Sociais, Universidade Eduardo Mondlane, que pretende realizar o trabalho de campo no âmbito do seu projecto de dissertação intitulado "**Descentralização e Participação Política das Mulheres no Desenvolvimento Comunitário**". A pesquisa terá lugar nos distritos de Xai-Xai e Manjacaze, entre os dias 14 de Outubro e 13 de Novembro de 2022.

Neste plano, solicitamos às entidades governamentais e privadas para que concedam o apoio que o estudante necessita para a realização do referido trabalho.

Em casos de necessidade, não hesitem em contactar o Director do Curso pelo celular: +258846429805 ou e-mail: orlando.nipassa@gmail.com

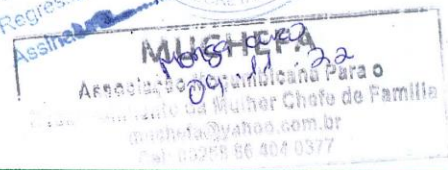
Agradecemos antecipadamente a vossa colaboração

Maputo, 13 de Setembro de 2022

O Director do Curso

Prof. Doutor Orlando Nipassa
(Professor Auxiliar)

CONSELHO MUNICIPAL DA VILA DE MANDLAKAZI
Apresentou-se neste CMV no dia 28/10/2022
pelas 13:20 sob a 209 e regresso
e regresso no dia 13/11/2022
MANDLAKAZI





Faculdade de Letras e Ciências Sociais
Departamento de Sociologia
Mestrado em Sociologia do Desenvolvimento

Assunto: Parecer do Supervisor para a Realização do Trabalho de Campo

Eu, Orlando Nipassa, Docente, Investigador e Director do Curso de Mestrado em Sociologia do Desenvolvimento, declaro que supervisionei todas as fases para a elaboração do projecto de pesquisa do Mestrando Bernardo Ananias Manhique cujo título é: Descentralização e Participação Política das Mulheres no Desenvolvimento Comunitário.

Considero que o seu projecto de pesquisa reúne condições necessárias para a realização do trabalho de campo que culminará com a elaboração integral da dissertação de Mestrado em Sociologia do Desenvolvimento.

Maputo aos 20 de Setembro de 2022

(Orlando Nipassa, Phd)

Imagem 1: Imagem do Pesquisador com a ex-presidente do conselho Municipal de Xai-Xai



Imagem 2: Imagem do principal Mercado de Xai-Xai que foi reabilitado no tempo da Governação da Rita Muianga.



Imagem 3: Imagem duma das associações pertencentes as Organizações da Sociedade Civil que operam no Município de Xai-Xai.



Imagem 4: Imagem do FOGA- Associação responsável por registar todas as organizações da Sociedade Civil que operam ao nível da Província de Gaza.



Imagem 5: Monumento Histórico do Distrito de Manjacaze que representa o lugar onde o imperador Ngungunhane se reunia com o povo para resolver problemas da comunidade.



Imagem 6: Principal Mercado de Manjacaze



Imagem 7: Sede do Partido Frelimo em Manjacaze



Imagem 8: Imagens do dia 9.11.2022 alusivas as comemorações da elevação de Manjacaze a categoria de vila Municipal.

